

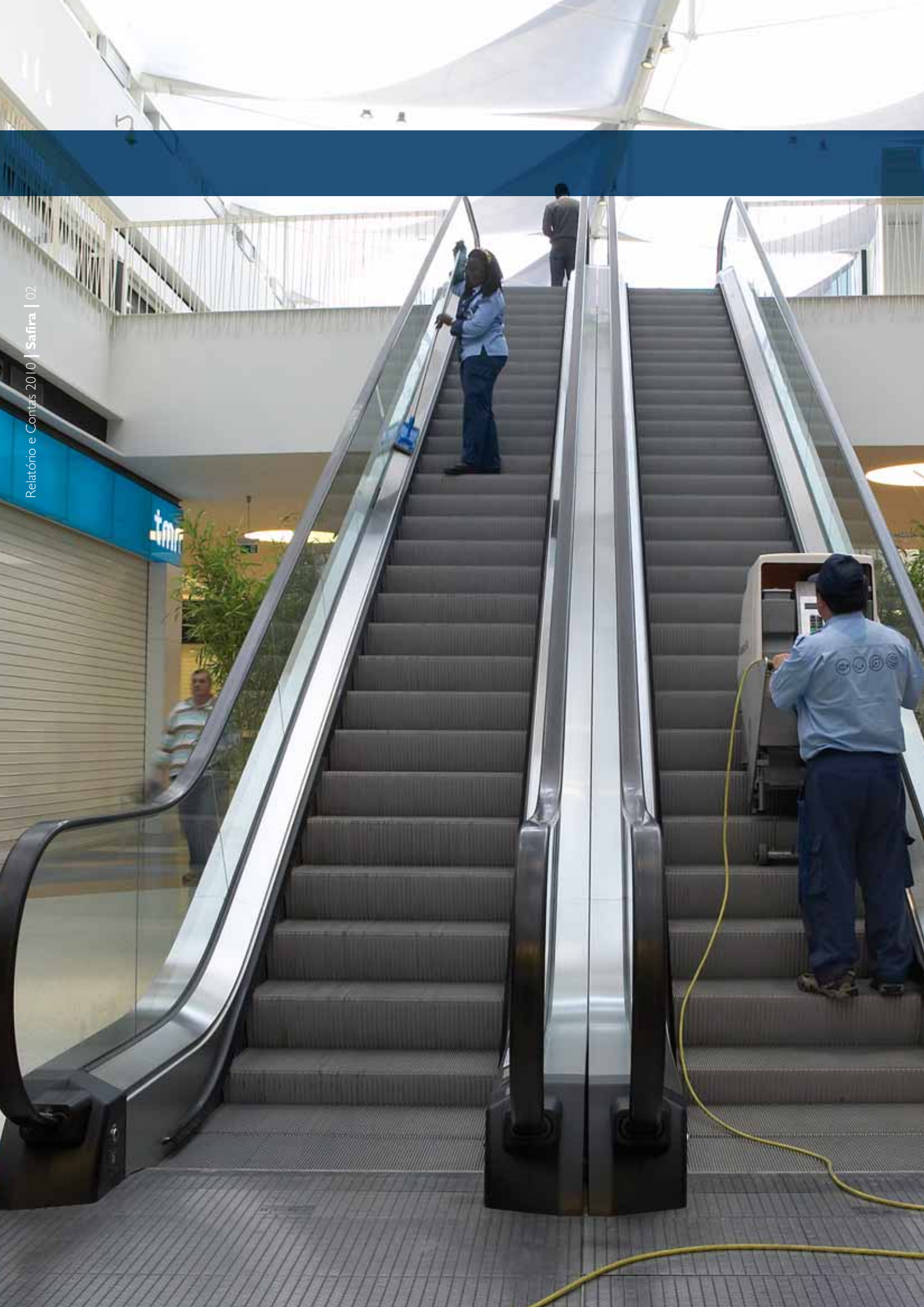


Relatório e Contas
2010



1. Projecto	03
2. Órgãos Sociais	04
3. Visão, Missão, Valores e Princípios	05
4. Vectores Estratégicos	06
5. Organigrama Funcional	09
6. Grandes Números	11
7. Serviços	13
8. Qualidade, Ambiente e Segurança	14
9. Formação	15
10. Relatório de Gestão	17
11. Balanço	25
12. Demonstração dos Resultados por Natureza	26
13. Demonstração dos Resultados por Funções	27
14. Demonstração dos Fluxos de Caixa	29
15. Demonstração das Alterações do Capital Próprio	30
16. Anexo à Demonstração dos Resultados	33
17. Relatórios dos Auditores	66





O sucesso dos projectos é ditado pelas Pessoas. Esta, é uma verdade incontornável.

A Safira, enquanto voz sólida no mercado nacional dos Facility Services, acredita, desde início, que a força que consolida o negócio, vem da equipa plural que lhe dá corpo. O alargado grupo de homens e mulheres, na ordem dos 4000, agregam-se em torno de uma estratégia clara, de crescimento sustentável e de elevados padrões de qualidade, no serviço diferenciado ao cliente.

A cultura Safira, continua a fortalecer-se junto das pessoas – colaboradores, clientes e outros parceiros. Ano após ano, vai ganhando raízes, cada vez mais profundas, passando de boca em boca: “ É bom trabalhar na Safira; Na Safira trabalha-se bem”.

O investimento consistente em formação, tecnologia e qualidade, vem impulsionando a nossa marca e sedimentando, ao longo dos últimos 11 anos, um nome de referência.

A revalidação das certificações em Qualidade, Ambiente e Segurança Higiene e Saúde no Trabalho, de âmbito global, reforça o nosso propósito, de valorização contínua dos nossos recursos e dos serviços prestados.

Num ano, em que mais uma vez, o fraco crescimento da economia, pauta a generalidade dos discursos económicos e políticos, o volume de negócios registou um crescimento de 1,3% face ao ano anterior. Este resultado, decorre, de intenso empenho comercial, absorvido em larga escala, por reestruturações de contratos, que embora permanecendo na carteira de clientes, solicitaram redução de serviços.

É expectável que as taxas de crescimento ininterruptas, que se vêm registando desde o arranque do projecto, sejam fortemente contrariadas pela retracção da economia em geral e do sector bancário em particular. As fracas perspectivas para 2011, apontam um caminho de grandes dificuldades para todas as empresas, ainda assim, na Safira, cultiva-se uma atitude positiva e de rigor. Acreditamos que há sempre espaço para melhorar, revalorizar e reinventar o serviço ao cliente.



António Vasconcelos
Director Geral



Órgãos Sociais

Mandato 2007 - 2010

Mesa da Assembleia Geral

Anabela Nogueira de Matos
Presidente

André Miguel Cachada Pinto da Rocha
Secretário

Conselho de Administração

João Amaro Martins de Barros
David dos Santos Moreira
António Augusto Ferreira Vasconcelos
Boris Derichebourg
Bernard Régis

Fiscal Único e ROC Efectivo

Deloitte e Associados SROC, S.A.

Representada por:

António Manuel Martins Amaral
Revisor Oficial de Contas Efectivo

Carlos Luis de Melo Loureiro
Revisor Oficial de Contas Suplente



Visão, Missão, Valores e Princípios

Visão

Diversificar o âmbito da nossa actividade, crescendo de forma sustentada, com vista a tornarmo-nos numa das três melhores e maiores empresas do sector dos facility services.

Missão

Gerir de forma profissionalizada os serviços de suporte dos nossos clientes para que os mesmos possam centrar-se no essencial dos seus negócios.

Valores

Honestidade
Transparência
Ética
Rigor
Responsabilidade

Na forma como conduzimos o negócio e como nos relacionamos com os nossos accionistas, clientes, colaboradores, fornecedores, concorrentes e quaisquer outras partes interessadas.

Princípios

Assegurar níveis de rentabilidade sustentados da empresa

Desenvolver os nossos serviços de forma sustentável e numa óptica de melhoria contínua, promovendo:

- > Níveis de desempenho que correspondam às expectativas dos Stakeholders
- > A criação de parcerias duradouras baseadas no estabelecimento de sólidas relações de confiança com os nossos clientes, alicerçadas na conformidade, cumprimento e comunicação eficaz.
- > O bem-estar dos nossos colaboradores, assinalando-se o controlo dos riscos inerentes à prestação do serviço e o sistemático envolvimento dos nossos clientes na criação conjunta de melhores condições de trabalho para as equipas que operam no terreno.
- > A prevenção da sinistralidade laboral, bem como a prevenção da poluição e a minimização dos impactes ambientais associados às nossas actividades, com especial ênfase na gestão de resíduos e controlo das descargas de efluentes líquidos.
- > Cumprir a lei e demais requisitos aplicáveis ou subscritos pela empresa, destacando-se as obrigações declarativas e fiscais, a regulamentação em matéria de trabalho e os preceitos em matéria de ambiente, segurança e saúde dos trabalhadores.
- > Integrar e qualificar continuamente os nossos colaboradores, fundamentalmente através da aposta em formação, realçando-se a ministrada em contexto de trabalho, visando abranger a generalidade dos nossos operacionais.
- > Contribuir activamente para a crescente profissionalização do nosso sector, através de iniciativas próprias e do apoio às desenvolvidas no seio da nossa Associação.
- > Incentivar o estabelecimento de parcerias com fornecedores e subcontratados que comunguem do nossos valores e partilhem dos nossos princípios, acompanhando de forma estreita a sua actividade.

Vectores Estratégicos

Abundam publicações diversas, sobre modelos de gestão e receitas de liderança e sucesso. Não desmerecendo o conhecimento que daí se pode beber, na Safira sabe-se que nem todas as variáveis de gestão são conhecidas, mas acredita-se sobretudo nas pessoas, na qualidade do serviço, na diferenciação e no alinhamento pela comunicação. Há muito que foi interiorizado, que a estratégia da empresa está alicerçada, consistentemente, nos seguintes vectores:

Crescimento

A angariação de massa crítica de vendas é uma preocupação existente desde o arranque do projecto, dinamizando o crescimento orgânico, voltado para o aumento da quota de mercado, em diferentes sectores de actividade. Tratando-se de um negócio situado ao nível do suporte da cadeia de valor, as baixas margens económicas, ditavam e ditam ainda hoje, o ganho de dimensão, como forma de diluir custos de estrutura e aumentar a eficiência na afectação dos recursos. Os actuais 38 milhões de euros de facturação colocam a Safira entre os três maiores operadores do sector. Contudo, o cenário de fraco crescimento e o espectro da crise económica, tem contribuído para o esmagamento das margens, tornando ainda mais pertinente o aumento de dimensão e a eficiente afectação de meios.

Diferenciação

No início de actividade, em 2000, o sector encontrava-se pouco regulamentado, potenciando formas de operar menos transparentes e pouco profissionais. O trabalho ilegal, o não cumprimento das obrigações sociais e fiscais, o pouco respeito pelo ambiente e pela segurança no trabalho, eram factos percepcionados pelo mercado em geral e que conferiam aos prestadores, pouca credibilidade. Neste contexto, a empresa cedo sentiu necessidade de se demarcar, investindo numa diferenciação improvável, no seio de operadores concorrentes, que até então, pareciam todos iguais, aos olhos do cliente.

Por em prática a diferenciação, passou por um responsável processo de preparação. O trabalho prévio de documentar, formar, implementar procedimentos, eleger equipamentos, produtos, técnicas, entre muitas outras vertentes, demorou cerca de três anos e culminou em 2005 com a Certificação de um Sistema Integrado, nos três normativos: ISO 9001 (Qualidade), ISO 14001 (Ambiente) e OHSAS 18001 (Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho).

Adicionalmente, tendo em conta uma elevada rotação estrutural de pessoas e um nível médio absentismo sectorial situado na faixa dos dois dígitos, tornava-se claro que, a qualidade da prestação do serviço, passava pela consistente e sistemática qualificação do factor humano. O caminho para qualificação de recursos, passa inevitavelmente, pelo investimento em formação e meios técnicos, dotando-os de conhecimentos e ferramentas, que potenciem a valorização profissional e a elevação do nível de resposta oferecida ao mercado. Anualmente, os planos de formação são estruturados, de modo a responder às reais necessidades da empresa.

Inovação

Acompanhar as tendências do mercado, significa manter um olhar atento sobre o surgimento de novos produtos, técnicas e equipamentos, bem como outras tecnologias, que possam servir os propósitos de sustentabilidade, eficiência, qualidade, segurança e diferenciação. Todos os anos, a dotação orçamental, contempla uma verba de investimentos técnicos, destinados a fazer face ao crescimento bem como à substituição de equipamento desgastado. Sempre que



pertinente, são ensaiados novas máquinas, equipamentos, produtos e técnicas de execução que passando satisfatoriamente a fase de testes, aferida por um comité técnico, são colocados no terreno.

A par da preocupação em se manter inteirada das novidades procedimentais e tecnológicas, a empresa promove iniciativas, onde ausculta a experiência de quem melhor conhece a actividade – os seus trabalhadores. Destas iniciativas já resultaram sugestões, que pela sua pertinência, foram postas em prática trazendo evidentes ganhos de produtividade.

Comunicação

Fomentar o adequado fluxo de informação, entre os diferentes patamares da empresa tem sido uma tônica presente no modelo de negócio adoptado. Representando mais de 80% da estrutura de custos, a força de trabalho, é a mais importante variável de gestão da actividade. Manter adequados níveis de comunicação com os colaboradores, tem passado por, investimentos em sistemas de informação, produção e distribuição massiva da news letter, programas de formação, incluindo périplos programados de on the job training, reuniões de trabalho sistemáticas aos diferentes níveis hierárquicos e encontros periódicos de empresa, onde se procura cultivar um sentimento de grupo, dando a conhecer os objectivos e prioridades da actuação, bem como as pequenas e grandes vitórias da empresa, fomentando o brio de fazer parte desta equipa.

Tendo em conta a dispersão geográfica, bem como o perfil médio dos trabalhadores do sector, existe uma clara consciência, de que, apenas mantendo os canais de comunicação bem articulados, se poderá potenciar a aplicação no terreno de todas as boas práticas e qualidade dos serviços que oferecemos.

Alinhamento

Por último, o alinhamento, acaba por ser a súpula dos vectores anteriores, bebidos por cada pequena peça da máquina global que faz pulsar a empresa. A estratégia, bem como os seus princípios e valores, só têm expressão, quando associados a um sentimento de pertença e partilha, por parte de todos os que a compõem, sustentado por adequados modelos de medição de performance e de resultados.

Uma estratégia de crescimento só resulta cultivando um interface claro entre a operação no terreno e o cliente, perpetuando a relação e deixando uma marca de referência no desempenho.

A diferenciação só é efectiva, se a prática demonstrar, pelos resultados, que o investimento em formação, equipamentos, qualidade, ambiente e segurança no trabalho, se traduzem num melhor serviço ao cliente e em profissionais melhor preparados para o desempenho das suas funções;

A inovação só apresenta mais-valia, se traduzida em reais ganhos de produtividade, que beneficiem o desempenho dos trabalhadores, o serviço ao cliente e a eficiência da empresa.

A comunicação, só será efectiva se a linguagem for comum e apercebida por todos os seus destinatários, de modo a que cada um, tenha presente o que, de si se espera e em que direcção caminhar.

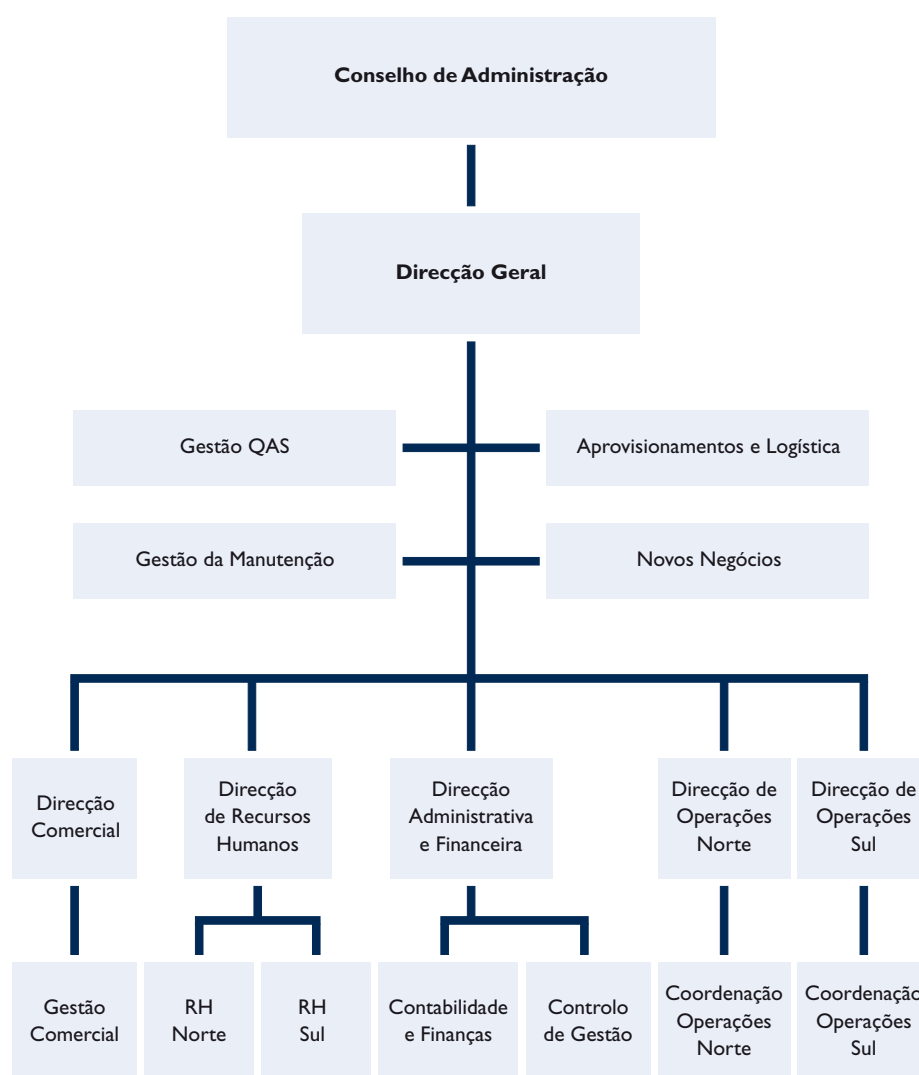
Esta empresa tem por missão, gerir de forma profissionalizada os serviços de suporte dos seus clientes para que os mesmos possam centrar-se no essencial dos seus negócios, consolidando de Norte a Sul, a unidade na forma de trabalho, onde os resultados sejam o reflexo de uma cultura uniforme que sustenta uma marca de crescente prestígio.



Organograma Funcional

Contando actualmente com um quadro de efectivos de cerca de 4000 pessoas, importa referir que a estrutura indirecta (não afecta à operação) representa menos de 1% do total de colaboradores.

A organização funcional apresenta-se como segue:





Grandes Números

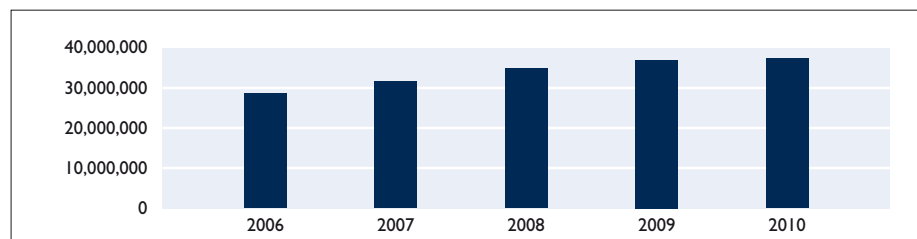
A dimensão dos projectos, reflecte-se nos seus grandes números. As variáveis chave de análise, atestam a evolução da Safira, como projecto sólido e ganhador, virado para o mercado e as pessoas.

Os últimos cinco anos, permitem fazer uma fácil leitura gráfica de tendência, bem como da relevância, incontornável, da componente Capital Humano.

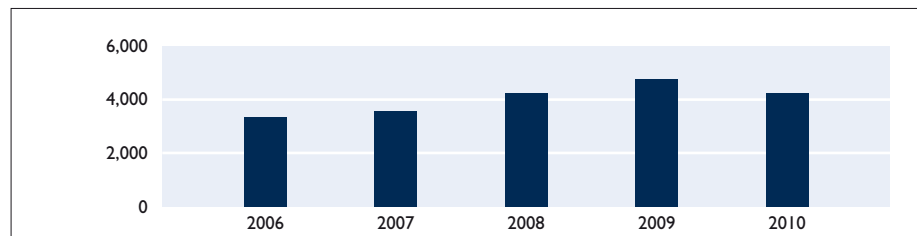
Ano 2010

Volume de negócios	EUR 38.313.433,36
EBITDA	EUR 1.031.594,14
Número médio de funcionários	4184

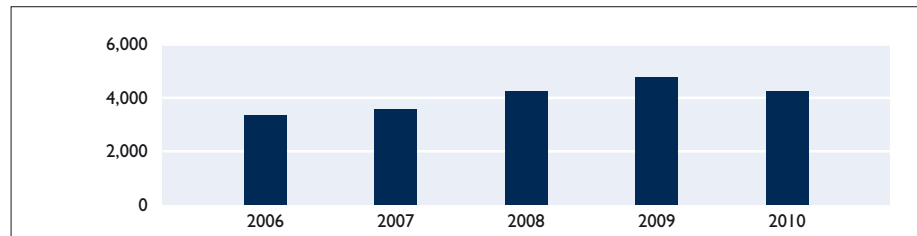
VOLUME DE NEGÓCIOS



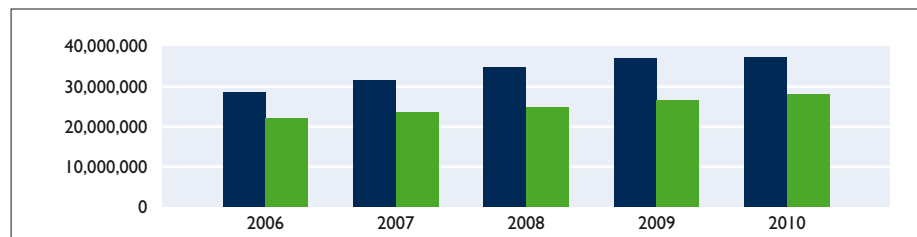
EBITDA



NÚMERO MÉDIO DE FUNCIONÁRIOS



VOLUME DE NEGÓCIOS ■ / CUSTOS PESSOAL ■





A Safira conta com uma vasta carteira de clientes, numa cobertura geográfica que se estende de norte a sul do país, passando pelas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. No competitivo mercado dos Facility Services, afirma-se pela contínua aposta na melhoria da qualidade e inovação dos seus serviços. Destaca-se como actividade principal a prestação de serviços de limpeza nos seguintes segmentos económicos:

- > Centros Comerciais
- > Hipermercados e Supermercados
- > Armazéns Logísticos
- > Casinos
- > Escritórios
- > Estabelecimentos Hoteleiros e Desportivos
- > Centros Hospitalares

Consciente que os níveis de qualidade e produtividade são indissociáveis, tem sido política da empresa procurar inovar, dotando os seus profissionais, das mais eficientes ferramentas de intervenção. Nessa perspectiva foram constituídas equipas, munidas de equipamentos específicos para a execução técnica de:

- > Lavagem de vidros
- > Limpeza e lavagem de tapetes e escadas rolantes
- > Tratamento de pavimentos
- > Tratamento e recuperação de tectos
- > Combate aos “Grafittis”

A Safira promove a vertente humana do serviço, procurando ser, cada vez mais competitiva e mais actualizada em termos tecnológicos e formativos. Anualmente são efectuados avultados investimentos em automatização do serviço de limpeza, equipando os locais onde se presta serviço, com máquinas de última geração, que possibilitam um enorme incremento da produtividade, respeitando a segurança do trabalhador e o ambiente:

> Máquinas – São utilizadas unicamente as que cumpram todos os requisitos legais e regulamentares aplicáveis. Adicionalmente, são seleccionadas apenas aquelas que se demonstre serem versáteis, robustas, manobráveis, seguras, ergonómicas e fáceis de operar e manter.

> Equipamentos e Materiais de Limpeza - A Safira mantém-se na vanguarda, assumindo uma atitude de grande pro-actividade, na permanente pesquisa de novos conceitos, funcionalidades, apresentações e materiais e testando as inovações que se vão tornando disponíveis no mercado. Para garantir os melhores resultados, a máxima segurança dos seus colaboradores e o menor impacte ambiental possível, a Safira selecciona criteriosamente os produtos de limpeza que utiliza.

No âmbito da oferta de facility services, a Safira coloca à disposição dos seus clientes uma diversificada gama de serviços:

- > Limpeza
- > Jardinagem
- > Pest Control
- > Assistência Administrativa
- > Manutenção de Edifícios
- > Transporte e Tratamento de Resíduos
- > Reciclagem de Metais

Qualidade, Ambiente e Segurança



Ciente que a qualidade do serviço prestado, a preservação do meio ambiente e a segurança no trabalho são áreas fundamentais para o desenvolvimento sustentado de qualquer organização, a Safira implementou em 2005 um Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança, tendo em 2008 alargado o seu âmbito de Certificação para os todos os Serviços de Limpeza prestados, nos seguintes referenciais normativos:

- > ISO 9001 - Qualidade
- > ISO 14001 - Ambiente
- > OHSAS 18001 - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

Qualidade

Com a Certificação da Qualidade foram definidas metodologias e procedimentos de trabalho, de modo a uniformizar e otimizar os serviços prestados, garantindo a eficácia dos resultados. Para conseguir este objectivo, a Safira tem apostado em programas de formação profissional dos seus funcionários operacionais, bem como na adopção de produtos de limpeza devidamente aprovados pelo Comité Técnico de Qualidade.

Ambiente

O crescimento económico da sociedade moderna tornou evidente a dependência estreita e biunívoca do Homem com o meio envolvente. A preocupação com a manutenção do equilíbrio e a qualidade do meio ambiente é hoje uma questão considerada fundamental para um desenvolvimento sustentado.

Reconhecendo a interacção das suas actividades com o meio ambiente, a Safira implementou um Sistema de Gestão Ambiental, procurando garantir não só o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, mas também desenvolver uma consciência e responsabilidade ambiental que garantam a prevenção da poluição em todos os serviços prestados, melhorando continuamente o seu desempenho ambiental.

Segurança

A qualidade das condições de trabalho é um dos factores fundamentais para o sucesso de um sistema produtivo. A Saúde e Segurança dos colaboradores é um valor sólido na forma de trabalhar da Safira, tendo para tal sido estabelecida uma metodologia de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho, que visa minimizar os riscos de acidentes e doenças ocupacionais, garantindo um ambiente de trabalho mais saudável e seguro, em conformidade com a legislação em vigor. Para cada novo cliente é aplicada uma metodologia de identificação de perigos e classificação de riscos. Deste levantamento, resulta a definição das medidas preventivas necessárias, à minimização dos perigos e riscos, a que os colaboradores possam estar expostos. Na impossibilidade, de mitigar os perigos e riscos, inteiramente através de medidas preventivas, são distribuídos os equipamentos de protecção individual que se revelarem adequados.



Formação

Acreditada pela DGERT (Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho), que lhe confere competências de organização e desenvolvimento da Formação, a Safira, disponibilizando aos seus colaboradores, um leque formativo abrangente, desde o Acolhimento e Integração, às áreas técnicas, comportamentais, de cumprimento de requisitos normativos e legais, entre muitas outras. As modalidades formativas ocorrem como Formação Contínua em Sala (Interna e Externa) e/ou Formação em Contexto de Trabalho.

Anualmente é efectuado um levantamento de necessidades formativas, do qual resultará um plano global de formação anual. Todas as temáticas são escolhidas mediante a pertinência das mesmas no exercício da actividade.

Destacamos, pelo seu impacto inicial em cada formando, a formação de Acolhimento e Integração, Esta tem como objectivo a promoção das competências necessárias ao desempenho das funções e da adaptação ao posto de trabalho, incidindo na transmissão de conhecimentos relativos à função, esquema de tarefas a desempenhar, horários e folgas; utilização eficaz de produtos métodos e técnicas, manuseamento de máquinas e equipamentos e cumprimento das regras de e Segurança, Ambiente e Saúde no Trabalho.

A acção formativa global, ministrada pela Safira (formadores Internos) ou por formadores externos, abrange em média, nos últimos cinco anos, 3000 colaboradores por ano.

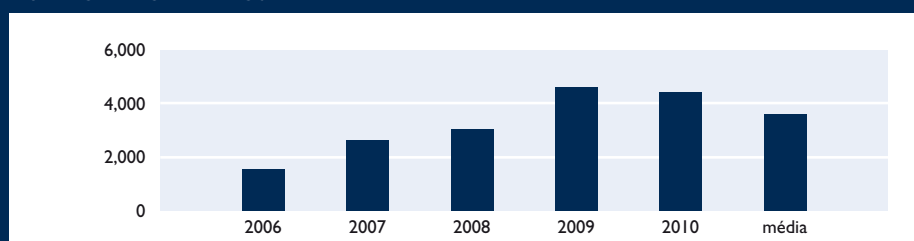
No âmbito dos programas de novas oportunidades, a Safira estabeleceu protocolos com diversos CNO's, a fim de potenciar o reconhecimento da qualificação e a valorização pessoal e profissional dos seus colaboradores. Estão activos os seguintes protocolos, amplamente divulgados em News Letters e no site (www.safira-fs.com) da Empresa:

- > CESAE - Porto
- > TECMINHO - Braga
- > Gustavo Eiffel - Lisboa
- > AEP - Leça da Palmeira
- > ACIC - Coimbra
- > Escola Secundária EB Rosa Peixoto - Póvoa do Varzim

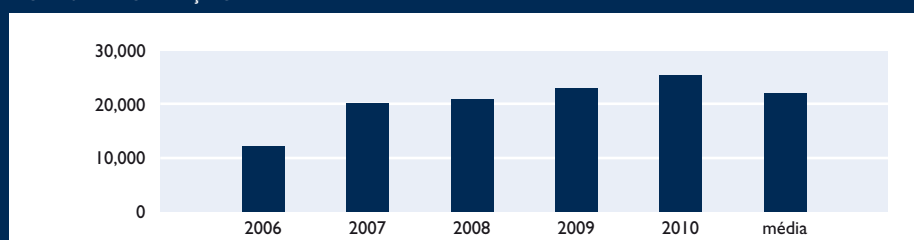
Formação

A evolução do número de formandos abrangido pelos programas anuais, e o número de horas de formação efectivadas por ano, podem ser observados nos seguintes gráficos:

NÚMERO DE FORMANDOS



HORAS DE FORMAÇÃO



Relatório de Gestão

O ano de 2010 registou uma variação anual do PIB de 1,1% ^{*(1)}, em resultado das medidas de estímulo à economia e do pacote de consolidação orçamental, entretanto implementado. A débil situação das Contas Públicas e as limitações de liquidez do sector bancário condicionaram a desejada retoma.

^{*(1)} Fonte: FMI, World Economic Outlook, Outubro 2010

Depois de se ter registado um défice orçamental de 9,3% do PIB, no ano de 2009, o Executivo colocou em prática um pacote de medidas, conducentes a retomar uma trajectória de consolidação orçamental. As últimas estimativas da Comissão Europeia, apontavam em 2010, um deficit de 7.3% ^{*(2)}. Num contexto de poucas certezas, espera-se que as exportações sejam a principal fonte do dinamismo da actividade económica, o que, conjuntamente com o reajustamento da procura interna, conduzirá a um abrandamento das necessidades externas de financiamento da economia.

^{*(2)} Fonte: Comissão Europeia, Economic Forecast, Novembro 2010.

A Banca, desde 2009, tem sido um dos principais alvos das medidas implementadas pelo Governo, decorrendo estas, essencialmente, de orientações traçadas pelo BCE, a fim de travar a degradação de confiança no sector bancário. Essas medidas traduziram-se inicialmente em injeções de liquidez e redução das taxas de referência.

As medidas de apoio às empresas, nomeadamente os programas PME Invest, visaram aliviar a asfixia financeira das empresas, em especial as que não reuniam condições favoráveis em termos de rating, junto dos bancos, procurando igualmente atenuar a escalada do desemprego.

A taxa de desemprego, segundo dados do FMI, passou de 9.6% em 2009 para 10.7% em 2010, estando prevista em 10.9% em 2011. De acordo com a mesma fonte, a inflação, cresceu de -0.9 % em 2009 para 0,9% em 2010, prevendo-se ainda ser de 1,2% em 2011.

As medidas de austeridade preconizadas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC 2010-2013), continuarão a afectar os resultados das empresas, quer pela via de aumento de impostos, nomeadamente IVA, IS, ISV e pelo corte de benefícios fiscais. Afectarão igualmente o rendimento das famílias, nomeadamente pelo aumento do IRS.





Actividade

O volume de negócios cresceu 1,3% face ao ano transacto cifrando-se em 38.313 mil euros. O resultado alcançado contou com elevado esforço comercial de angariação de novos contratos. Destacamos pela dimensão, o Grupo Auchan e as lojas Staples.

O efeito das novas entradas foi em boa parte anulado, pelo impacto da consulta de mercado avançada pela Sonae MC, da qual resultou uma redução de actividade e consequente decréscimo do volume de facturação..

A evolução do Salário Mínimo Nacional (SMN) operou, desde 2007, uma progressão sem precedentes como se pode observar no quadro. Por mais que justas e pertinentes, o nosso mercado, não absorveu as taxas de crescimento do custo de mão-de-obra.

ANOS	SMN (€)	SMN Var (%)
2007	403	4,43%
2008	426	5,71%
2009	450	5,63%
2010	475	5,56%
2011*	500	5,26%

* Valor previsto ocorrer até Dezembro de 2011

Actividades como a nossa, mão-de-obra intensivas e cujo Contrato Colectivo de Trabalho, apresenta remunerações praticamente plasmadas do SMN, sofreram um grande impacto ao nível dos custos com pessoal e respectivos encargos. Apesar de pouco representativo, face à dimensão dos aumentos das categorias do CCT, toda a estrutura Administrativa contribuiu, no esforço de contenção, com a manutenção dos valores salariais do ano anterior.

Relatório de Gestão

Dando continuidade ao esforço de aumento da produtividade dos factores, mantivemos uma rigorosa monitorização de custos, implementando medidas adicionais de contenção e de renegociação de preços de compra.

Ao nível da actividade Operacional, damos nota da conclusão do projecto de externalização da componente logística. Desde Maio de 2010, que está implementado o transporte e distribuição de produtos e consumíveis.

Em Dezembro de 2010, a APCER revalidou, sem surpresa, as certificações, de âmbito geral, nos normativos implementados:

ISO 9001 – Qualidade

ISO 14001 – Ambiente

OHSAS 18001 – Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

No final do ano corrente, encontrava-se próximo de concluída, a implementação do novo Sistema Informático Integrado. Com início em meados de 2009, este novo ERP, vem dar resposta à necessidade de informação sistematizada, de apoio à gestão, nomeadamente nas áreas, comercial e operacional, onde o anterior software se apresentava deficitário.

Investimentos - Activos Fixos e Formação

As necessidades de apetrechar, em meios técnicos, novos contratos, bem como as naturais reposições de equipamentos em fim de vida útil, resultaram em 2010, em 264.078 euros de formação líquida de capital, em contraponto com os 328.605 euros ocorridos em 2009, ano em que o crescimento da actividades foi de 7%.

A par dos investimentos em tecnologia, foi implementado o plano anual de formação, representando um valor na ordem dos 133.000 euros. Daqui resultaram mais de 27.000 horas de formação, abrangendo 4.197 formandos. A Safira, tal como vem fazendo há vários anos, submeteu duas candidaturas de formação, no âmbito do QREN/POPH, tendo obtido aprovação em ambas. A contribuição pública foi de 50%, traduzida num incentivo na ordem dos 38.000 euros

Do trabalho desenvolvido pela empresa, no âmbito das implementações do SGI QAS (Sistema de Gestão Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança), acrescem os resultados visíveis da metodologia de “on job training”, patentes nas rigorosas auditorias internas e externas (APCER).





Organização Funcional

Em 2009 demos início à diversificação dos negócios, na óptica do conceito “Facility Services”. Fizemo-lo ainda em pequena escala, recorrendo a parcerias com operadores já instalados. Sendo nossa intenção dar-lhes, continuidade, visibilidade e dimensão, constituímos uma nova área funcional, uma equipa especialmente vocacionada para a dinamização de “Novos Negócios”.

Embora o volume de facturação em 2010, não tenha expressão comparativa com a actividade “core”, o valor acrescentado dos serviços técnicos, tem sido bem acolhido pelo mercado, nomeadamente, ao nível de: tratamento de pavimentos, limpeza de escadas rolantes, limpeza de vidros, limpeza de tectos, entre outros

Fluxos Financeiros

O indispensável reforço financeiro para alavancar o crescimento, motivado pelo normal desequilíbrio temporal entre o ciclo de pagamento de remunerações e o recebimento de clientes, tem sido superado pelo crescente esforço na melhoria do prazo médio de cobranças.

Em 2010, face aos agravados constrangimentos económico, especialmente no que concerne à escassa liquidez, foi reforçando o enfoque na gestão de tesouraria e na dinamização dos recebimentos. Os resultados traduzem-se ao nível do PMR (Prazo Médio de Recebimentos) de 2010, melhorado em 10 dias, face a Dezembro de 2009.

A Autonomia Financeira, decorrente do Capital Próprio sobre Activo Líquido, apresenta o valor de 34% contribuindo para a boa classificação em termos de rating bancário. O rácio de Liquidez Geral (Activo Corrente/ Passivo Corrente), apresenta um valor de 144%. e por último, a Capacidade de Endividamento, resultante do rácio entre os Capitais Próprios e os Capitais Permanentes (MLP) apresenta um valor de 220%.

Os rácios financeiros apontados, são de significativa relevância, não só para admissão a concursos, como para a classificação do rating bancário, que por sua vez, dita o nível de risco patente no spread.

Factos relevantes e evolução previsível

Relativamente a 2010 e para o exercício seguinte, destacamos:

- Crescimento orgânico pela significativa angariação de novos contratos;
- A conclusão da implementação do novo sistema de informação;
- Continuidade e abrangência temática e territorial dos programas de formação;
- Revalidação, das certificações de Qualidade, Ambiente e Segurança (APCER);
- Dinamização de uma nova área funcional, vocacionada para novas negócios.

Relatório de Gestão

Resultados

Após a decisão estratégica, tomada em 2009, de abandonar o negócio no mercado Brasileiro, em 2010, foi provisionado o saldo remanescente, na conta de Investimentos, tendo registado uma imparidade correspondente à totalidade da participação:

> Imparidade de Investimentos EUR 367.991,41

Ainda no âmbito do acompanhamento jurídico prestado à Interclean, foram suportados:

> Honorários EUR 101.186,85

Os resultados integram uma reversão da provisão de 2008 para retroactivos salariais:

> Reversão de provisão EUR 142.782,11

Os resultados líquidos, apurados no exercício ascenderam a:

> Resultado Líquido EUR 143.657,23

Proposta de aplicação de resultados

Para os Resultados Líquidos propõe-se a seguinte aplicação:

> Resultados Transitados EUR 143.657,23



Nota Final

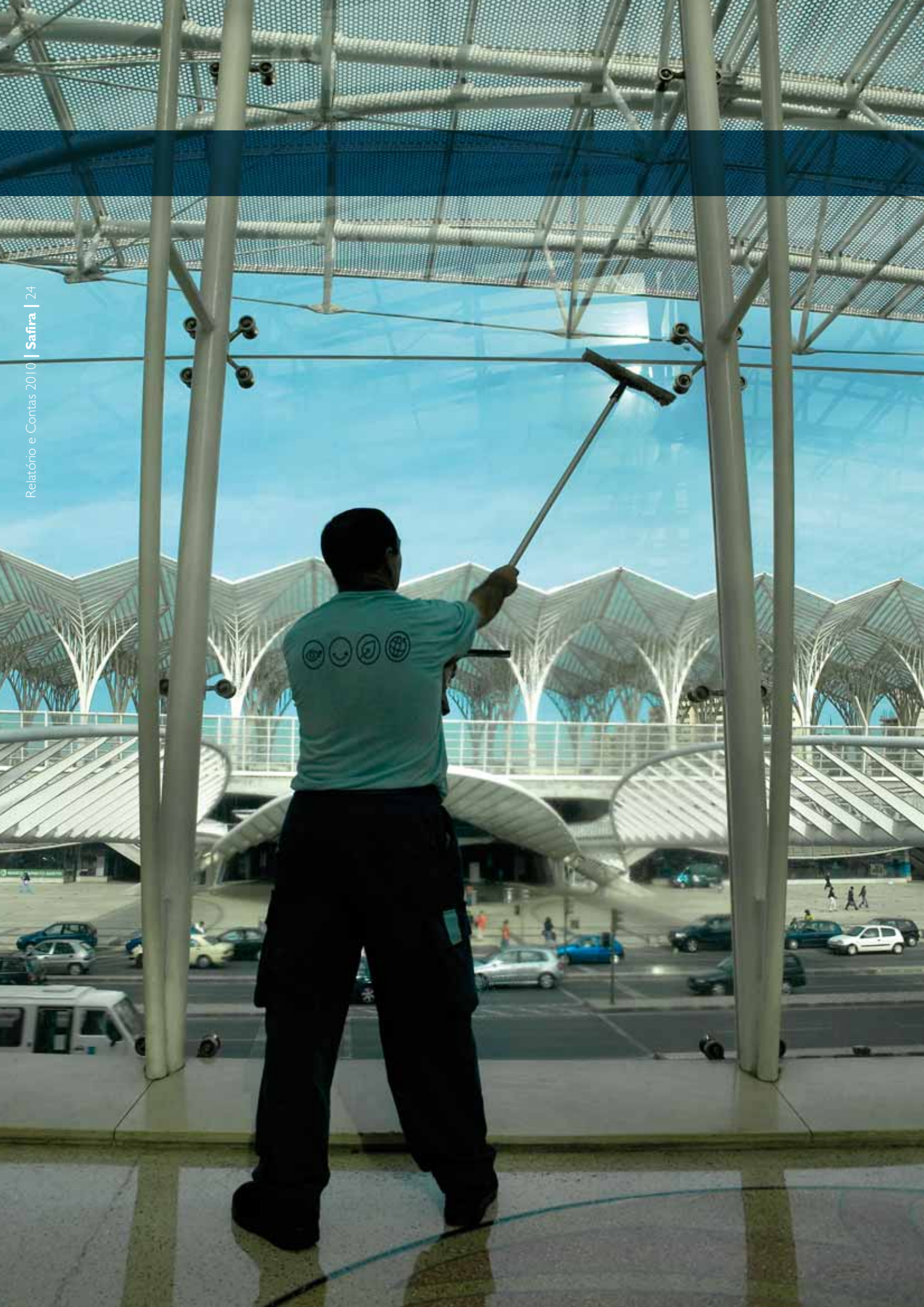
A todos aqueles que afincadamente, contribuem para o desempenho do projecto Safira, em especial para todos os trabalhadores da empresa, reiteramos o nosso apreço pela contínua entrega e dedicação demonstradas.

Aos nossos parceiros, clientes, fornecedores e instituições o agradecimento pela confiança demonstrada e pelo apoio com que sempre nos distinguiram.

Maia, 31 de Janeiro de 2011

O Conselho de Administração:

João Amaro Martins de Barros
David dos Santos Moreira
António Augusto Ferreira Vasconcelos
Boris Derichebourg
Bernard Régis



Balanço do Exercício em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Montantes expressos em euros)

	NOTAS	31.12.2010	31.12.2009
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	8 e 9	2,912,738.03	2,648,659.89
Propriedades de investimento	11	0.00	367,991.41
Activos intangíveis	5 e 7	80,142.84	0.00
Activos por impostos diferidos	17	11,939.94	14,924.92
		3,004,820.81	3,031,576.22
Activo corrente			
Inventários	12	249,689.33	181,671.53
Clientes	19.1 e 19.2	5,663,328.59	6,807,760.78
Estado e outros entes públicos	22	90,358.72	199,309.98
Outras contas a receber	19.2	376,435.04	604,657.87
Diferimentos	20	655,002.03	759,423.89
Caixa e depósitos bancários	4	227,656.11	2,084,372.52
		7,262,469.82	10,637,196.57
Total do activo		10,267,290.63	13,668,772.79
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	19.5	500,000.00	500,000.00
Reservas legais		100,000.00	100,000.00
Outras reservas		227,129.28	227,129.28
Resultados transitados	2	2,485,918.33	2,256,570.60
Excedentes de revalorização		45,748.11	45,748.11
Resultado líquido do período		143,657.23	229,347.73
Total do capital próprio		3,502,452.95	3,358,795.72
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		450.00	0.00
Financiamentos obtidos	14 e 18	1,588,518.11	1,952,336.38
	9, 19.1 e 19.3	1,588,968.11	1,952,336.38
Passivo corrente			
Fornecedores	19.4	640,207.86	973,200.27
Estado e outros entes públicos	22	2,150,899.42	2,343,568.00
Financiamentos obtidos	9, 19.1 e 19.3	1,184,240.86	3,519,849.40
Outras contas a pagar	21	1,200,521.43	1,513,071.02
Diferimentos	20	0.00	7,952.00
Passivos não correntes detidos para venda			
		5,175,869.57	8,357,640.69
Total do passivo		6,764,837.68	10,309,977.07
Total do capital próprio e do passivo		10,267,290.63	13,668,772.79

Demonstração de Resultados por Natureza do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31.12.2010	31.12.2009
Vendas e serviços prestados	13	38,313,433.36	37,816,860.72
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	-2,390,701.11	-2,622,133.66
Fornecimentos e serviços externos	6 e 23	-3,089,536.67	-3,349,952.27
Gastos com pessoal	24	-31,553,363.79	-30,276,303.86
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	19.2	-12,298.93	-98,653.96
Provisões (aumentos / reduções)	14 e 18	-450.00	
Imparidade de investimentos não depreciáveis	11	-367,991.41	-350,000.00
Outros rendimentos e Ganhos	15 e 26	357,685.39	103,360.51
Outros Gastos e perdas	27	-225,182.70	-151,675.64
Resultado antes de deprec., gastos de financ. e impostos		1,031,594.14	1,071,501.84
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	25	-778,084.01	-610,023.49
Resultado operacional		253,510.13	461,478.35
Juros e rendimentos similares obtidos	10	61,214.25	25,440.27
Juros e Gastos similares suportados	10	-110,231.34	-96,909.72
Resultado antes de impostos		204,493.04	390,008.90
Imposto sobre o rendimento do período	17	-60,835.81	-160,661.17
Resultado líquido do período	2.00	143,657.23	229,347.73

Demonstração de Resultados por Funções do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31.12.2010	31.12.2009
Vendas e serviços prestados	21	38,313,433.36	37,816,860.72
Custo das vendas e dos serviços prestados	19	-34,912,255.99	-34,327,058.81
Resultado bruto		3,401,177.37	3,489,801.91
Outros rendimentos		357,685.39	103,360.51
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos		-2,912,178.52	-2,630,008.43
Gastos de investigação e desenvolvimento	7		
Outros gastos		-593,174.11	-501,675.64
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos		253,510.13	461,478.35
Gastos de financiamento (líquidos)		-49,017.09	-71,469.45
Resultados antes de impostos		204,493.04	390,008.90
Imposto sobre o rendimento do período	26	-60,835.81	-160,661.17
Resultado líquido do período		143,657.23	229,347.73
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital		143,657.23	229,347.73



Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Montantes expressos em euros)

	31.12.2010	31.12.2009
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	47,553,079.73	45,030,608.87
Pagamentos a fornecedores	-3,579,931.76	-2,854,949.48
Pagamentos ao pessoal Remunerações	-22,365,087.09	-21,528,006.83
Fluxo gerado pelas operações	21,608,060.88	20,647,652.56
Pagam de IRC por conta	-56,362.29	-66,652.00
Pagam por conta de IRC / especial por conta	-3,348.00	0.00
Pagam de IRC	31,733.35	0.00
Pagamentos ao Estado - ret. IRS T.Dep e Indep.	-373,006.82	-321,937.23
Pagamentos ao Estado - ret. IRS Capitais	0.00	0.00
Pagamentos ao Estado - ret. IRS Prediais	-9,537.68	-12,366.24
Pagamentos ao Estado - Iva a Pagar	-6,650,900.31	-6,296,006.20
Pagamentos ao Estado - I.Selo	-5,830.00	-15,460.00
Pagamentos ao Estado - Seg.Social	-8,214,664.83	-7,924,932.55
Pagamento de FSE	-3,626,439.49	-4,572,634.56
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	-18,908,356.07	-19,209,988.78
Recebimentos relac. com rubricas extraordinárias	0.00	144,469.81
Pagamentos relac. com rubricas extraordinárias	0.00	0.00
Fluxos gerados das rubricas extraordinárias	0.00	144,469.81
Fluxos das actividades operacionais (1)	2,699,704.81	1,582,133.59
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	0.00	0.00
Imobilizações corpóreas	0.00	0.00
Imobilizações incorpóreas	0.00	0.00
Subsídios de investimento	0.00	0.00
Juros e proveitos similares	31,583.33	764.53
Dividendos	0.00	0.00
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	0.00	0.00
Fornecedores de imobilizado (leasing+IVA+juro)	-940,323.49	-808,765.21
Fluxos das actividades de investimento (2)	-908,740.16	-808,000.68
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	2,750,000.00	1,500,000.00
Subscrição de capital	0.00	0.00
Aumentos de cap., prest.acessorias e prémios de emissão	0.00	0.00
Subsídios e doações	0.00	0.00
Venda de acções (quotas) próprias	0.00	0.00
Juros e proveitos similares	48,114.58	0.00
Cessação de contrato renting	0.00	0.00
Cobertura de prejuizos	0.00	0.00
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	-3,113,791.53	-1,650,000.00
Rendas de contratos Finlog/Leaseplan/Guerin	-463,728.11	-413,951.37
Juros e custos similares	-154,214.83	-108,505.67
Dividendos	0.00	0.00
Reduções de capital e prestações suplementares	0.00	0.00
Aquisição de acções (quotas) próprias	0.00	0.00
Fluxos das actividades de financiamento (3)	-933,619.89	-672,457.04
Var. caixa e seus equiv. (4) = (1)+(2)+(3)	857,344.76	101,675.87
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	-946,036.67	-1,047,712.54
Caixa e seus equivalentes no fim do período	-88,691.91	-946,036.67
variação de caixa e seus equivalentes	857,344.76	101,675.87

Demonstração das Alterações no Capital Próprio do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em euros)

31.12.2010

DESCRIÇÃO

POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2010	1
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	
Aplicação do resultado do período	
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	
Alterações de políticas contabilísticas	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	
Realiz. do excedente de revaloriz. de activos fixos tangíveis e intangíveis	
Excedentes de revaloriz. de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	
Ajustamentos por impostos diferidos	
Outras alterações reconhecidas no Capital Próprio	2
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	
Realizações de Capital	
Realizações de Prémios de Emissão	
Distribuições	
Entradas para cobertura de perdas	
Outras Operações	5
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2010	6=1+2+3+5

31.12.2009

DESCRIÇÃO

POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2009	1
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	
Aplicação do resultado do período	
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	
Alterações de políticas contabilísticas	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	
Realiz. do excedente de revaloriz. de activos fixos tangíveis e intangíveis	
Excedentes de revaloriz. de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	
Ajustamentos por impostos diferidos	
Outras alterações reconhecidas no Capital Próprio	2
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	
Realizações de Capital	
Realizações de Prémios de Emissão	
Distribuições	
Entradas para cobertura de perdas	
Outras Operações	5
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2009	6=1+2+3+5

CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL									
NOTAS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZ.	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	
2	500,000.00	100,000.00	227,129.28	2,256,570.60	45,748.11	229,347.73	3,358,795.72	3,358,795.72	
				229,347.73		-229,347.73	0.00	0.00	
							0.00	0.00	
							0.00	0.00	
							0.00	0.00	
							0.00	0.00	
							0.00	0.00	
							0.00	0.00	
	0.00	0.00	0.00	229,347.73	0.00	-229,347.73	0.00	0.00	
						143,657.23	143,657.23	143,657.23	
						-85,690.50	-85,690.50	-85,690.50	
	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
	500,000.00	100,000.00	227,129.28	2,485,918.33	45,748.11	143,657.23	3,502,452.95	3,502,452.95	

CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL									
NOTAS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZ.	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	
2	500,000.00	100,000.00	227,129.28	1,897,840.50	45,748.11	402,317.40	3,173,035.29	3,173,035.29	
				402,317.40		-402,317.40	0.00	0.00	
				-43,587.30			-43,587.30	-43,587.30	
							0.00	0.00	
							0.00	0.00	
							0.00	0.00	
							0.00	0.00	
							0.00	0.00	
	0.00	0.00	0.00	358,730.10	0.00	-402,317.40	-43,587.30	-43,587.30	
						229,347.73	229,347.73	229,347.73	
						-172,969.67	185,760.43	185,760.43	
	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
	500,000.00	100,000.00	227,129.28	2,256,570.60	45,748.11	229,347.73	3,358,795.72	3,358,795.72	



Anexo à Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2010

(Montantes expressos em euros)

I. NOTA INTRODUTÓRIA

A Safira Facility Services, s.a. (“Safira”, “Empresa”) é uma sociedade anónima, tendo sido constituída em 24 de Dezembro de 1999 e tem a sua sede na Rua Nova do Arquinho, 382, Milheirós - Maia.

A actividade da Safira consiste na gestão e manutenção de edifícios, higiene e limpeza de edifícios, equipamentos industriais e outras instalações; Desinfecção, desratização e similares; Plantação e manutenção de jardins; Serviços Administrativos; Recolha de resíduos perigosos e não perigosos; Desmantelamento de equipamentos em fim de vida; Valorização de resíduos metálicos e não metálicos; Comércio de produtos e maquinaria de limpeza e jardinagem. A Empresa opera no território nacional, no continente e regiões autónomas.

A Safira é uma empresa de capitais maioritariamente nacionais, associada a um operador internacional de reconhecida dimensão na área dos facility services. O parceiro estrangeiro é o grupo francês DERICHEBOURG Multiservices. Este é um dos maiores operadores daquele mercado. Com mais de 20 anos de experiência, o grupo DERICHEBOURG Multiservices tem ao seu serviço mais de 40.000 trabalhadores, apresentando uma forte implantação noutros países europeus e sendo largamente reconhecido pelo seu profissionalismo, experiência e prestígio.

A Safira iniciou a sua actividade em Janeiro de 2000 e desde então tem vindo a consolidar a sua posição no mercado, crescendo de forma sustentada e tornando-se uma presença sólida, ao nível das três maiores empresas do sector.

A evolução do negócio nos três primeiros anos de actividade (2000 a 2002), caracterizou-se por uma dinâmica de crescimento à razão de aproximadamente EUR 5.000.000 ao ano, essencialmente associada a grandes clientes pertencentes aos segmentos de: Armazéns Logísticos, Hipermercados e Centros Comerciais.

No final de 2002, os resultados conseguiram absorver os custos de arranque, prosseguindo uma tendência de resultados líquidos positivos e crescentes. Em Maio do mesmo ano, foi decidido efectuar um investimento em 50% do capital da empresa InterClean, a operar no mesmo sector no mercado Brasileiro.

O quarto ano de actividade, 2003, marcou o ano de cruzamento.

Em 2004, a Safira apresentou um crescimento moderado de 7%, resultante da angariação de novos contratos, reflectindo contudo, a contenção económica generalizada naquele período.

No ano de 2005, há a sublinhar o efeito da fusão por incorporação da empresa Vebego Services. Esta operação veio potenciar um volume de negócios anual de EUR 24.000.000 e o crescimento da facturação, denotando o amadurecimento da Safira enquanto projecto virado para o mercado.

Em Dezembro de 2006 o volume de negócios atingiu 1% acima da meta orçamental. O crescimento da actividade em comparação com o período homólogo foi de 17%, traduzindo fundamentalmente a consolidação da carteira de clientes e o aumento de quota de mercado.

O exercício de 2007 foi assinalado pela concretização da meta dos 30 milhões de euros de volume de negócios. A evolução da actividade foi positiva na ordem dos 10% de crescimento.

Em 2008, um pouco em contra ciclo a Empresa conseguiu manter o seu crescimento “orgânico” ao nível dos dois dígitos, 14%. Para este facto contribuiu a manutenção da carteira de negócios existente e o acréscimo de novos contratos durante o exercício.

Anexo à Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2010

(Montantes expressos em euros)

No exercício de 2009 o volume de negócios da Safira atingiu os EUR 37.800.000, evidenciando um crescimento de 7% face ao ano anterior. Ainda durante 2009 a Empresa deu início à diversificação dos negócios, na óptica do conceito “Facility Services”. Feito em ainda em pequena escala, recorrendo a parcerias com operadores já instalados.

Em 2010 o crescimento da actividade cifrou-se em 1,3%. Apesar do elevado esforço comercial desenvolvido, o clima de contracção económica conduziu a diversas reestruturações de custos, por parte de clientes em carteira, donde resultaram significativas reduções de serviço e consequente reflexo no volume de facturação.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera. As operações estrangeiras são incluídas nas demonstrações financeiras de acordo com a política descrita no ponto 3.5.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição financeira e desempenho financeiro e fluxo de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidos no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respectivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009.

Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”):

A Empresa apresenta pela primeira vez em 2010 demonstrações financeiras de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”), tendo observado as disposições previstas na NCRF 3 – Primeira Aplicação das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, na preparação das demonstrações financeiras anexas. Ao abrigo desta disposição contabilística, o balanço em 31 de Dezembro de 2009 e as demonstrações financeiras dos resultados e das variações do capital próprio em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, apresentadas para efeitos comparativos, foram ajustadas por forma a estarem de acordo com as NCRF. Os ajustamentos efectuados no processo de transição foram reportados a 1 de Janeiro de 2009 (data da transição), encontrando-se de seguida descritos os efeitos derivados da adopção das NCRF.

A transição para as NCRF resultou nas seguintes alterações em políticas contabilísticas:

> Activos intangíveis – de acordo com a NCRF 6 – só são reconhecidos como activo intangível, aqueles onde estejam satisfeitas as seguintes condições:

- (A) Controlado pela Empresa como resultado de acontecimentos passados;
- (B) Do qual se espera que fluam benefícios económicos futuros para a entidade;
- (C) Sem substância física.

A empresa aplicou a NCRF 6 prospectivamente a partir da data de transição, pelo que foram anulados os activos e as respectivas amortizações praticadas a partir de 1 de Janeiro de 2009.

> Ferramentas e utensílios e materiais - Desreconhecimento de activo – de acordo com a Estrutura Conceptual no seu parágrafo 88, um activo não é reconhecido no balanço, quando relativamente ao dispêndio incorrido, seja considerado improvável que benefícios económicos fluirão para a entidade para além do período contabilístico corrente. Em vez disso, tal transacção, resulta num reconhecimento de um gasto na demonstração dos resultados. Este tratamento não implica que a intenção do órgão de gestão, ao incorrer no dispêndio, fosse outra que não a de gerar benefícios económicos futuros para a entidade. A única implicação é a de que o grau de certeza de que os benefícios económicos fluirão para a entidade para além do período contabilístico corrente é insuficiente para justificar o reconhecimento de um activo.

A transição para as NCRF resultou nas seguintes alterações em políticas contabilísticas:

RUBRICAS	01.01.2009	31.12.2009
Cap. Próp. de acordo com o anterior referencial contabilístico	3,173,035.29	3,173,035.29
Ajustamentos de transição		
a) Ferramentas e Utensílios	27,432.38	38,146.95
b) Despesas de Instalação	884.63	
c) Projecto SIME / Qualidade	25,014.07	13,565.66
d) Desp. Invest. E Desenvolvimento	139.38	0.26
e) Propriedade Industrial	5,831.99	4,608.08
f) Materiais		4,262.24
	-59,302.45	-60,583.19
Efeito fiscal	15,715.15	14,924.92
Ajustamento total ao capital próprio	-43,587.30	-45,658.27
Capital próprio de acordo com as NCRF	3,129,447.99	3,127,377.02

RECONCILIAÇÃO DO RESULTADO RELATADO	31.12.2009
De acordo com o anterior referencial contabilístico	231,418.70
a) Ferramentas e Utensílios	-10,714.57
b) Despesas de Instalação	884.63
c) Projecto SIME / Qualidade	11,448.41
d) Desp. Invest. E Desenvolvimento	139.12
e) Propriedade Industrial	1,223.91
f) Materiais	-4,262.24
	-1,280.74
Efeito fiscal	-790.23
Efeito total	-2,070.97
De acordo com as NCRF	229,347.73

Anexo à Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2010

(Montantes expressos em euros)

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 - Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF").

3.2 - Concentrações de actividades empresariais e princípios de consolidação

Investimentos financeiros em empresas associadas

Uma empresa associada é uma entidade relativamente à qual o Grupo tem influência significativa e que não é nem uma subsidiária, nem uma empresa controlada conjuntamente. Por influência significativa entende-se o poder de participar nas decisões relativas às políticas financeiras e operacionais da associada, sem que tal resulte em controlo ou controlo conjunto por parte do Grupo.

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras em empresas associadas são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do Grupo nos activos líquidos das associadas. Os resultados do Grupo incluem a parte que lhe corresponde nos resultados das associadas.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de activos e passivos identificáveis de cada associada na data de aquisição é reconhecido como goodwill e é mantido no valor de investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstrem existir.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmemente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o activo transferido esteja em imparidade.

Embora tenhamos uma participação de 50% sobre o capital da empresa Interclean, actualmente não reunimos as condições para que a mesma seja considerada uma empresa associada, por quanto não temos acesso à gestão nem ao relato financeiro da mesma desde o início de 2008. Desta forma o registo da participação é feito pelo método do custo.

3.3 - Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- > Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- > A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- > O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- > É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- > Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- > O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- > É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- > Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- > A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.4 - Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos, reconhecido como uma redução ao gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.5 - Transacções e saldos em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transacções. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados

Anexo à Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2010

(Montantes expressos em euros)

em moeda estrangeira são actualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são actualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respectivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são actualizadas.

As diferenças de câmbio resultantes das actualizações atrás referidas são registadas em resultados do período em que são geradas.

3.6 - Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.7 - Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos a que se destinam. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.8 - Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

Imposto corrente: o imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos custos e proveitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda custos e proveitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Imposto diferido: os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efectuada uma revisão desses activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação

fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

A compensação entre activos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais activos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais activos e passivos relacionam-se com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Empresa tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.9 - Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de localização que a Empresa espera incorrer.

Os restantes activos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha recta. De acordo com este método a depreciação é feita por via de um débito constante durante a vida útil do activo.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

BEM	ANOS	TAXA DE DEPRECIAÇÃO
Edifícios e outras construções	5	20.00%
Equipamento básico	8	12.50%
Ferramentas e utensílios	4	25.00%
Equipamento de transporte	2	50.00%
Equipamento administrativo	3-8	12,50% - 33,33%

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.10 - Intangíveis

Os activos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha recta durante a vida útil estimada dos activos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Anexo à Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2010

(Montantes expressos em euros)

3.11 - Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis excluindo goodwill

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um activo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse activo pertence.

A quantia recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.12 - Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efectuar a venda.

O método de custeio dos inventários adoptado pela Empresa consiste no custo médio ponderado, o qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados durante o período.

3.13 - Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.14 - Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são classificados nas ao custo ou custo amortizado com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ao custo ou custo amortizado

São classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” os activos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- > Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- > Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- > Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estes activos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de activos financeiros).

O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro.

Nesta categoria incluem-se os clientes e outras dívidas de terceiros, caixa e depósitos à ordem, empréstimos concedidos, fornecedores e outras dívidas a terceiros e financiamentos obtidos.

Imparidade de activos financeiros

Os activos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

Para os activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efectiva original.

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Anexo à Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2010

(Montantes expressos em euros)

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurado ao custo).

Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os activos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.15 - Gastos com pessoal

Manteve inalterada a política contabilística de reconhecimento das responsabilidades por conta de Férias, Subsídio de Férias, Subsídio de Natal e respectivos encargos, sendo reflectido o princípio da proporcionalidade entre o reconhecimento de proveitos e de custos. Para este feito, é considerado o pessoal directamente afecto à operação de serviços de limpeza. O valor referente a Férias, Subsídio de Férias, Subsídio de Natal e respectivos encargos, não correspondente à facturação do período, será relevado numa conta de custos diferidos cujo reconhecimento ocorrerá, no ano em que cesse o contrato de prestação de serviços. Tal procedimento decorre da existência do contrato colectivo de trabalho que estipula que quando se ganha ou se perde clientes, todos as responsabilidades para com os trabalhadores são transferidas.

3.16 - Especialização de exercícios

Os custos e os proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de Outros activos não correntes, Outros activos correntes, Outros passivos não correntes e Outros passivos correntes são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

3.17 - Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2010 detalha-se conforme se segue:

	31.12.2010	31.12.2009
Numerário	2,500.00	2,500.00
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	225,156.11	81,872.52
Aplicações de tesouraria		2,000,000.00
	227,656.11	2,084,372.52
Descobertos bancários (Nota 19.1)	-316,348.02	-3,030,409.19
	-88,691.91	-946,036.67

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Adopção inicial de novas normas ou de normas revistas

As seguintes normas e interpretações novas ou revistas foram adoptadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, tendo afectado os montantes relatados nas demonstrações financeiras anexas:

NORMA/INTERPRETAÇÃO	DATA DE EFICÁCIA (exerc. iniciados em ou após)	NATUREZA DA ALTERAÇÃO E EFEITO DA ADOÇÃO
NCRF n.º 6	01.01.2009	Desreconhecimento de activos intangíveis no montante de EUR 31.870,07

Alteração voluntária de políticas contabilísticas

Desreconhecimento de activos porque o grau de certeza de que benefícios económicos fluirão para a entidade para além do período contabilístico corrente é insuficiente para justificar o seu reconhecimento enquanto activo (EUR 42.409,19) - Nota 2.

Anexo à Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2010

(Montantes expressos em euros)

6. PARTES RELACIONADAS

Identificação de partes relacionadas

A Empresa é detida em 51% pela entidade DMJB Consultadoria e Gestão, S.A. com sede em Rua das Guardadeiras 312, Maia.

Remunerações dos órgãos sociais

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 foram registadas as seguintes remunerações aos órgãos sociais:

	31.12.2010	31.12.2009
Conselho de administração	119,000.00	116,000.00
Fiscal único	11,500.00	11,500.00
	130,500.00	127,500.00

Transacções com partes relacionadas

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foi efectuada a seguinte transacção com partes relacionadas:

	COMPRAS DE INVENTÁRIOS	COMPRAS ACTIVOS FIXOS	SERVIÇOS OBTIDOS	JUROS SUPOSTADOS	VENDAS DE INVENTÁRIOS	VENDAS ACTIVOS FIXOS	SERVIÇOS PRESTADOS	JUROS OBTIDOS
Empresa-mãe			120,000.00					
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa								
Subsidiárias								
Associadas								
Interesses em empreendimentos conjuntos								
Pessoal chave da gestão								
Outras partes relacionadas								
			120,000.00					

Em 2009 não ocorreu qualquer transacção com partes relacionadas.

7. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31.12.2010				
	PROJECTOS DE DESENVOLV.	PROGRAMAS COMPUTADOR	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS	TOTAL
ACTIVOS					
Saldo inicial					
Aquisições		11,167.60			11,167.60
Alienações					
Transferências e abates		101,123.60			101,123.60
Revalorizações (Nota 28)					
Outras variações					
Saldo final		112,291.20			112,291.20
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS E PERDAS POR IMPARIDADE					
Saldo inicial					
Amortizações do exercício		32,148.36			32,148.36
Perdas por imparidade do exercício (Nota 13)					
Reversões de perdas por imparidade (nota 13)					
Alienações					
Transferências e abates					
Outras variações					
Saldo final		32,148.36			32,148.36
Activos líquidos		80,142.84			80,142.84

Anexo à Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2010

(Montantes expressos em euros)

	31.12.2009				
	PROJECTOS DE DESENVOLV.	PROGRAMAS COMPUTADOR	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS	TOTAL
ACTIVOS					
Saldo inicial	89,296.06		18,179.49	216,742.10	324,217.65
Aquisições					
Alienações					
Transferências e abates				-675.00	-675.00
Revalorizações (Nota 28)					
Ajustamentos Transição	-89,296.06		-18,179.49	-216,067.10	-323,542.65
Outras variações					
Saldo final					
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS E PERDAS POR IMPARIDADE					
Saldo inicial	88,411.43		12,347.50	190,913.65	291,672.58
Amortizações do exercício					
Perdas por imparidade do exercício (Nota 13)					
Reversões de perdas por imparidade (nota 13)					
Alienações					
Transferências e abates					
Ajustamentos Transição	-88,411.43		-12,347.50	-190,913.65	-291,672.58
Outras variações					
Saldo final					
Activos líquidos					

As amortizações do exercício, no montante de EUR 32.148,36, foram registadas nas seguintes rubricas:

> Gastos de depreciação e amortização (Nota 25).

Vidas úteis

Os activos intangíveis com vida útil finita, as respectivas amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Programas de computador: 3 anos à taxa de 33,33%.

8. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31.12.2010							TOTAL
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAM. BÁSICO	EQUIPAM. DE TRANSPORTE	EQUIPAM. ADMINIST.	OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	
ACTIVOS								
Saldo inicial		311,985.79	4,798,362.24	53,651.79	745,905.62	556,087.13	101,123.60	6,567,116.17
Aquisições			925,241.08	42,516.80	11,627.01	125,651.59		1,105,036.48
Alienações			-108,176.99	-11,282.25				-119,459.24
Transferências e abates				-879.61	-18,780.88	-313.78	-101,123.60	-121,097.87
Saldo final		311,985.79	5,615,426.33	84,006.73	738,751.75	681,424.94		7,431,595.54
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS E PERDAS POR IMPARIDADE								
Saldo inicial		241,716.95	2,661,548.56	21,803.65	610,193.36	383,193.76		3,918,456.28
Amortizações do exercício		25,585.86	527,120.47	30,170.29	55,367.51	107,691.52		745,935.65
Alienações			-122,953.96	-3,898.53				-126,852.49
Transferências e abates			-990.00		-17,665.79	-26.14		-18,681.93
Saldo final		267,302.81	3,064,725.07	48,075.41	647,895.08	490,859.14		4,518,857.51
Activos líquidos		44,682.98	2,550,701.26	35,931.32	90,856.67	190,565.80		2,912,738.03

	31.12.2009							TOTAL
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAM. BÁSICO	EQUIPAM. DE TRANSPORTE	EQUIPAM. ADMINIST.	OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	
ACTIVOS								
Saldo inicial		316,038.00	4,377,144.63	18,249.51	760,829.26	591,878.10	666.84	6,064,806.34
Aquisições		5,985.32	643,641.16	36,344.82	48,551.48	95,232.30	134,244.90	963,999.98
Alienações			-146,643.82	-942.54	-32,434.01	-2,766.58		-182,786.95
Transferências e abates		-10,037.53	-75,779.73		-31,041.11	-128,256.69	-33,788.14	-278,903.20
Saldo final		311,985.79	4,798,362.24	53,651.79	745,905.62	556,087.13	101,123.60	6,567,116.17
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS E PERDAS POR IMPARIDADE								
Saldo inicial		228,368.88	2,405,036.61	13,799.87	638,659.40	458,887.39		3,744,752.15
Amortizações do exercício		26,506.90	454,835.84	8,946.32	63,737.95	55,996.48		610,023.49
Alienações			-122,544.16	-942.54	-32,434.01	-2,766.58		-158,687.29
Transferências e abates		-13,158.83	-75,779.73		-59,769.98	-128,923.53		-277,632.07
Saldo final		241,716.95	2,661,548.56	21,803.65	610,193.36	383,193.76		3,918,456.28
Activos líquidos		70,268.84	2,136,813.68	31,848.14	135,712.26	172,893.37	101,123.60	2,648,659.89

Vidas úteis e amortização

Os activos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método da linha recta.

As amortizações do exercício, no montante de EUR 745.935,65 (EUR 610.023,49 em 31 de Dezembro de 2009), foram registadas nas seguintes rubricas:

- > Gastos de depreciação e amortização (Nota 38).

Anexo à Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2010

(Montantes expressos em euros)

9. LOCAÇÕES

Locações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	31.12.2010	31.12.2009
	AMORTIZ./ PERDAS IMP. ACUMULADAS	QUANTIA ESCRITURADA
CUSTO		QUANTIA ESCRITURADA
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções		
Equipamento básico	4,507,092.00	2,259,938.65
Equipamento de transporte		
Equipamento administrativo	102,067.41	13,931.54
Outros activos tangíveis	38,804.65	8,814.19
	4,647,964.06	2,282,684.38
	2,365,279.68	1,793,361.33

A Empresa é locatária em contratos de locação financeira relacionados com máquinas de equipamentos industriais afectos à actividade, bem como equipamentos de gestão de frota, os quais se encontram denominados em euros.

Os pagamentos mínimos das locações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 são detalhados conforme se segue:

	PAGAMENTOS MÍNIMOS		VALOR PRESENTE DOS PAGAMENTOS MÍNIMOS	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Até 1 ano	581,807.55	453,231.38	555,081.26	427,851.33
Entre 1 ano e 5 anos	925,199.50	720,515.98	901,518.11	702,336.38
	1,507,007.05	1,173,747.36	1,456,599.37	1,130,187.71
Efeito financeiro do desconto	-50,407.68	-43,559.65		
Valor presente dos pagamentos mínimos	1,456,599.37	1,130,187.71	1,456,599.37	1,130,187.71

Os activos tangíveis adquiridos em regime de leasing financeiro detalham-se como segue por contrato:

RÚBRICA	CUSTO AQ.	AMORTIZAÇÃO	VALOR LÍQUIDO
42.3 - Eq. Básico (contrato 134.679)	330,703.00	330,703.00	0.00
42.3 - Eq. Básico (contrato 146.065)	366,662.59	362,864.86	3,797.73
42.3 - Eq. Básico (contrato 155.914)	296,508.88	284,787.25	11,721.63
42.3 - Eq. Básico (contrato 10001162)	204,970.10	197,448.56	7,521.54
42.3 - Eq. Básico (contrato 10001146)	43,546.09	41,274.82	2,271.27
42.3 - Eq. Básico (contrato 10003019)	35,014.40	22,092.28	12,922.12
42.3 - Eq. Básico (contrato 10003686)	12,000.00	12,000.00	0.00
42.3 - Eq. Básico (contrato 10009406)	137,695.60	91,685.92	46,009.68
42.3 - Eq. Básico (contrato 400033819)	66,500.00	42,947.00	23,553.00
42.3 - Eq. Básico (contrato 10007867)	82,228.25	75,920.27	6,307.98
42.3 - Eq. Básico (contrato 10008211)	17,198.45	14,218.24	2,980.21
42.3 - Eq. Básico (contrato 400048989)	5,500.00	2,979.10	2,520.90
42.3 - Eq. Básico (contrato 400039169)	28,308.45	17,397.45	10,911.00
42.3 - Eq. Básico (contrato 400039170)	55,678.60	33,637.55	22,041.05
42.3 - Eq. Básico (contrato 400042584)	35,510.00	20,686.54	14,823.46
42.3 - Eq. Básico (contrato 400042585)	68,279.40	39,828.19	28,451.21
42.3 - Eq. Básico (contrato 400044407)	69,900.00	39,717.71	30,182.29
42.3 - Eq. Básico (contrato 400044409)	58,464.43	32,884.88	25,579.55
42.3 - Eq. Básico (contrato 400046743)	38,000.00	21,374.42	16,625.58
42.3 - Eq. Básico (contrato 400048986)	107,544.90	53,769.86	53,775.04
42.3 - Eq. Básico (contrato 400053532)	29,800.00	14,899.39	14,900.61
42.3 - Eq. Básico (contrato 400053530)	5,500.00	2,578.07	2,921.93
42.3 - Eq. Básico (contrato 40004527281)	48,300.00	22,639.40	25,660.60
42.3 - Eq. Básico (contrato 400060742)	98,346.56	43,024.66	55,321.90
42.3 - Eq. Básico (contrato 400059568)	58,847.36	37,936.43	20,910.93
42.3 - Eq. Básico (contrato 40006578120)	35,478.75	15,151.78	20,326.97
42.3 - Eq. Básico (contrato 713474)	12,100.00	4,532.44	7,567.56
42.3 - Eq. Básico (contrato 713466)	15,200.00	5,699.92	9,500.08
42.3 - Eq. Básico (contrato 813655)	174,353.64	65,380.05	108,973.59
42.3 - Eq. Básico (contrato 713473)	8,287.97	3,119.36	5,168.61
42.3 - Eq. Básico (contrato 814524)	38,500.00	10,025.96	28,474.04
42.3 - Eq. Básico (contrato 814977)	39,000.00	9,343.62	29,656.38
42.3 - Eq. Básico (contrato 815263)	311,870.79	71,468.71	240,402.08
42.3 - Eq. Básico (contrato 815234)	11,224.40	2,541.63	8,682.77
42.3 - Eq. Básico (contrato 349875)	170,435.38	31,619.29	138,816.09
42.3 - Eq. Básico (contrato 350236)	167,757.57	27,959.42	139,798.15
42.3 - Eq. Básico (contrato 815898)	36,423.05	10,619.83	25,803.22
42.3 - Eq. Básico (contrato 353041)	60,890.27	8,879.69	52,010.58
42.3 - Eq. Básico (contrato 353039)	17,269.50	2,518.44	14,751.06
42.3 - Eq. Básico (contrato 916181)	87,740.00	15,781.69	71,958.31
42.3 - Eq. Básico (contrato 916164)	68,886.91	20,106.60	48,780.31
42.3 - Eq. Básico (contrato 916343)	29,800.80	6,208.35	23,592.45
42.3 - Eq. Básico (contrato 917511)	80,235.18	9,194.98	71,040.20
42.3 - Eq. Básico (contrato 189589)	268,112.96	33,286.63	234,826.33
42.3 - Eq. Básico (contrato 1019392)	317,798.49	16,864.71	300,933.78
42.3 - Eq. Básico (contrato 1018191)	254,719.28	17,554.40	237,164.88
42.5 - Ferram. Utensílios (contrato 40006578120)	30,958.87	26,401.27	4,557.60
42.5 - Ferram. Utensílios (contrato 713473)	562.50	409.70	152.80
42.5 - Ferram. Utensílios (contrato 815234)	3,556.48	814.89	2,741.59
42.5 - Ferram. Utensílios (contrato 349875)	3,726.80	2,364.60	1,362.20
42.6 - Eq. Administrativo (contrato 400035195)	49,824.18	49,824.18	0.00
42.6 - Eq. Administrativo (contrato 40007930)	52,243.23	38,311.69	13,931.54
	4,647,964.06	2,365,279.68	2,282,684.38

Anexo à Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2010

(Montantes expressos em euros)

Locações operacionais

Em 31 de Dezembro de 2010 a Empresa é locatária em contratos de locação operacional relacionados com viaturas automóveis, os quais se encontram denominados em euros.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 são detalhados conforme se segue:

	PAGAMENTOS MÍNIMOS NÃO CANCELÁVEIS	
	31.12.2010	31.12.2009
Até 1 ano	71,782.97	195,669.41
Entre 1 ano e 5 anos	122,874.35	88,775.92
	194,657.32	284,445.33

10. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 são detalhados conforme se segue:

	31.12.2010		31.12.2009	
JUROS SUPORTADOS				
Financiamentos bancários	105,822.09		93,182.42	
Outros financiamentos		105,822.09		93,182.42
OUTROS GASTOS DE FINANCIAMENTO				
Imposto do selo	4,409.25		3,727.30	
Outros financiamentos		4,409.25		3,727.30
		110,231.34		96,909.72

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro 2009 são detalhados conforme se segue:

	31.12.2010		31.12.2009	
JUROS OBTIDOS				
Depósitos em instituições de crédito	61,214.25		25,440.27	
Outros		61,214.25		25,440.27
		61,214.25		25,440.27

11. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Associadas

Em 31 de Dezembro de 2010 a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em associadas:

		31.12.2010						
SEDE		ACTIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO	% DETIDA	QUANTIA ESCRITURADA	PROPORÇÃO NO RESULT.
Empresas associadas:								
Interclean	Rua Ferreira de Araújo 221 - 3º Pinheiros - S. Paulo - Brasil	335,838.77	2,238,989.92	-562,665.67	-590,240.20	51.00	717,991.41	-301,022.50
							717,991.41	-301,022.50

Últimos dados disponíveis com referência a 31-12-2007

Embora a Empresa tenha uma participação que lhe confere maioria dos direitos de voto na entidade Interclean, a mesma não foi incluída na consolidação uma vez que não detemos qualquer controlo nem influência sobre a gestão. Os investimentos em tais entidades foram registados nas demonstrações financeiras pelo método custo (a). Decorrente da decisão estratégica de abandonar a operação no mercado brasileiro, e da ausência de informação financeira actual, foi decidido registar uma imparidade pelo valor total da participação, EUR 717.991,40.

12. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro 2009, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	31.12.2010			31.12.2009		
	QUANTIA BRUTA	PERDAS POR IMPARIDADE	QUANTIA LÍQUIDA	QUANTIA BRUTA	PERDAS POR IMPARIDADE	QUANTIA LÍQUIDA
Mercadorias						
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	11,680.39		11,680.39	12,135.27		12,135.27
Produtos acabados e intermédios	238,008.94		238,008.94	173,798.50		173,798.50
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos						
Produtos e trabalhos em curso						
Adiantamentos por conta de compras						
Ajustamento SNC (Nota 2)				-4,262.24		-4,262.24
	249,689.33		249,689.33	181,671.53		181,671.53

Os inventários descritos no quadro acima encontram-se escriturados pelo método do custo. Não consideramos que haja indícios de imparidade.

Anexo à Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2010

(Montantes expressos em euros)

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção.

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é detalhado conforme se segue:

	31.12.2010		
	MERCADORIAS	MP, SUBSID. CONSUMO	TOTAL
Saldo inicial	12,135.27	169,536.26	181,671.53
Compras		2,436,373.84	2,436,373.84
Regularizações	454.88	21,890.19	22,345.07
Saldo final	11,680.39	238,008.94	249,689.33
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	0.00	2,389,791.35	2,390,701.11

	31.12.2009		
	MERCADORIAS	MP, SUBSID. CONSUMO	TOTAL
Saldo inicial	12,550.38	159,895.69	172,446.07
Compras		2,621,901.90	2,621,901.90
Regularizações		9,457.22	9,457.22
Ajustamento SNC		4,262.24	4,262.24
Saldo final	12,135.27	173,798.50	185,933.77
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	415.11	2,621,718.55	2,622,133.66

13. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é detalhado conforme se segue:

	31.12.2010	31.12.2009
Venda de bens	1,476,831.75	1,752,183.31
Prestação de serviços	36,836,601.61	36,064,677.41
	38,313,433.36	37,816,860.72

14. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

Provisões

A evolução das provisões no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 é detalhada conforme se segue:

	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REVERSÕES	PASSAGEM DO TEMPO	UTILIZAÇÕES	31.12.2010 SALDO FINAL
Matérias ambientais (Nota 18)		450.00				450.00
		450.00				450.00

Esta provisão vem dar cumprimento ao DLI47/2008 de 29 de Julho sobre o Regime Jurídico de responsabilidade por danos ambientais, bem como à Norma NP ISO 14001/2004, no seu ponto 4.2 “Política Ambiental”. Foi constituída em Dezembro de 2010 uma vez até à data não disponhamos de dados suficientes que nos permitissem mensurar de forma fiável que a saída de um recurso resultasse na liquidação de uma obrigação presente de carácter ambiental.

Passivos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2010 a Empresa tinha os seguintes passivos contingentes:

A empresa tem uma responsabilidade com férias e subsídio de férias a pagar ao pessoal directo, afecto aos contratos de prestação de serviços. O montante não reflectido no balanço, em função da política descrita na Nota 3, no ponto 3.15, ascende a cerca de EUR 4.580.000,00.

O efectivo pagamento desta responsabilidade será devido caso a empresa obtenha os proveitos resultantes da prestação de serviços no ano de 2011.

15. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios:

SUBSÍDIO	NATUREZA	CAPITAIS PRÓPRIOS	PASSIVO	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
POPH 2010	Relacionado com rendimento			39,656.41
				39,656.41

No âmbito do objectivo estratégico de formação contínua a Safira candidatou-se ao projecto POPH 2010 - Gestão e Aperfeiçoamento Profissional. O mesmo tem como objectivo geral o desenvolvimento de um conjunto de formações associadas a processos de modernização organizacional, reestruturações e reconversões produtivas que contemplem a promoção da capacidade de inovação, gestão e modernização da Empresa enquanto condição fundamental de modernização do tecido produtivo, da melhoria da qualidade do emprego e do aumento da competitividade. Com base no termo de aceitação da candidatura obtivemos um subsídio de 50% sobre os gastos incorridos no decurso da mesma (EUR 39.656,41).

Anexo à Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2010

(Montantes expressos em euros)

16. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 09 de Março de 2011. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

17. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2007 a 2010 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é detalhado conforme se segue:

	31.12.2010	31.12.2009
IMPOSTO CORRENTE E AJUSTAMENTOS		
Imposto corrente do período	57,850.83	159,870.94
Ajustamentos a impostos correntes de períodos anteriores (Notas 26 e 27)	-36,018.39	25,610.62
	21,832.44	185,481.56
IMPOSTOS DEFERIDOS		
Montantes reclassificados de rubricas de resultado (Nota 2)		790.23
Montantes reclassificados de rubricas do capital próprio	2,984.98	
	2,984.98	790.23
GASTOS COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	24,817.42	186,271.79

Impostos diferidos

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme se segue:

	ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	
	31.12.2010	31.12.2009
Diferenças derivadas de ajustamentos SNC	11,939.94	14,924.92
	11,939.94	14,924.92

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 foi como se segue:

	31.12.2010		31.12.2009	
	ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS
Saldo inicial	14,924.92			
EFEITO EM RESERVAS				
Diferenças derivadas de ajustamentos SNC			14,924.92	
Reclassificação para resultados do período	-2,984.98			
	-2,984.98		14,924.92	
Saldo final	11,939.94		14,924.92	

18. MATÉRIAS AMBIENTAIS

Provisões e outros passivos

A Empresa reconheceu na rubrica Provisões – Matérias ambientais, provisões de carácter ambiental no montante de EUR 450,00 (Nota 14), dando cumprimento ao DL147/2008 de 29 de Julho, bem como à Norma NP ISO 14001/2004, no seu ponto 4.2 “Política Ambiental”.

Só ocorreram dispêndios relativos a multas e outras penalidades pelo não cumprimento de regulamentos ambientais e as indemnizações relacionadas pagas a terceiros no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009. Os mesmos são detalhados conforme se segue:

	31.12.2010	31.12.2009
REGISTADOS COMO GASTOS DO PERÍODO		
Relativos à remoção de agentes poluidores	451.00	451.00
	451.00	451.00

Anexo à Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2010

(Montantes expressos em euros)

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

19.1 Categorias de instrumentos financeiros

As categorias de activos e passivos financeiros em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 são detalhadas conforme se segue:

	31.12.2010			31.12.2009		
	CUSTO/ CUSTO AMORTIZADO	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	QUANTIA ESCRITURADA LÍQUIDA	CUSTO/ CUSTO AMORTIZADO	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	QUANTIA ESCRITURADA LÍQUIDA
ACTIVOS FINANCEIROS AO CUSTO						
	5,539,857.19		5,539,857.19	6,726,700.57		6,726,700.57
Clientes C/c	396,846.90	375,921.61	20,925.29	444,782.89	363,722.68	81,060.21
Clientes Cobrança Duvidosa	102,546.11		102,546.11			
Clientes Títulos a Receber	6,039,250.20	375,921.61	5,663,328.59	7,171,483.46	363,722.68	6,807,760.78
	6,039,250.20	375,921.61	5,663,328.59	7,171,483.46	363,722.68	6,807,760.78

	31.12.2010	31.12.2009
PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR POR RESULTADOS		
PME Investe VI	887,000.00	
Papel comercial		1,250,000.00
Descoberto Bancário	316,348.02	3,030,409.19
Títulos Descontados	102,546.71	
Crédito aquisição PHC	10,264.87	61,588.88
	1,316,159.60	4,341,998.07
	1,316,159.60	4,341,998.07

19.2 Clientes e outras contas a receber

A antiguidade do saldo da rubrica Clientes em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é detalhado conforme se segue:

	31.12.2010			31.12.2009		
	QUANTIA BRUTA	IMPARIDADE ACUMULADAS	QUANTIA ESCRITURADA LÍQUIDA	QUANTIA BRUTA	IMPARIDADE ACUMULADAS	QUANTIA ESCRITURADA LÍQUIDA
NÃO VENCIDO	3,248,271.92		3,248,271.92	3,284,499.21		3,284,499.21
VENCIDO						
0-90 dias	2,078,010.06		2,078,010.06	2,692,734.09		2,692,734.09
90-180 dias	55,619.36		55,619.36	646,670.90		646,670.90
180-365 dias	191,269.91	9,461.57	181,808.34	87,164.69	7,578.39	79,586.30
> 365 dias	466,078.95	366,460.04	99,618.91	460,414.57	356,144.29	104,270.28
	6,039,250.20	375,921.61	5,663,328.59	7,171,483.46	363,722.68	6,807,760.78

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 as Outras contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2010			31.12.2009		
	QUANTIA BRUTA	IMPARIDADE ACUMULADA	QUANTIA ESCRITURADA LÍQUIDA	QUANTIA BRUTA	IMPARIDADE ACUMULADA	QUANTIA ESCRITURADA LÍQUIDA
CORRENTES						
Outras Dívidas	376,435.04		376,435.04	604,657.87		604,657.87
	376,435.04		376,435.04	604,657.87		604,657.87
	376,435.04		376,435.04	604,657.87		604,657.87

19.3 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 são detalhados conforme se segue:

		31.12.2010			31.12.2009		
		MONTANTE UTILIZADO			MONTANTE UTILIZADO		
		LIMITE	CORRENTE	NÃO CORRENTE	LIMITE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS							
PME Investe VI	Finova e SGM	1,000,000.00	200,000.00	687,000.00			
Papel Comercial	Norgarante	1,500,000.00			1,250,000.00		1,250,000.00
Papel Comercial	Barclays	1,500,000.00			1,500,000.00		
	CGD	4,000,000.00	200,000.00	687,000.00	2,750,000.00		1,250,000.00
OUTROS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS							
Descoberto Bancário		1,600,000.00	126,816.07		1,600,000.00	310,008.67	
Descoberto Bancário	BPI	1,900,000.00	112,399.13		1,900,000.00	1,732,689.21	
Descoberto Bancário	BCP	1,000,000.00	77,132.82		1,000,000.00	987,711.31	
Titulos descontados	BST	250,000.00	102,546.71		250,000.00		
Credito aquisição PHC	Barclays	123,177.67	10,264.87		123,177.67	61,588.88	
	Credibom	4,873,177.67	429,159.60		4,873,177.67	3,091,998.07	
		8,873,177.67	629,159.60	687,000.00	7,623,177.67	3,091,998.07	1,250,000.00

Relativamente à Linha de Crédito PME Investe VI, foi exigida como contrapartida a aquisição de 13.000 acções nominativas, representativas do Capital Social da SGM no valor nominal de EUR 1,00 cada. Com o vencimento do contrato as mesmas serão readquiridas pela SGM.

A parcela classificada como não corrente em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 tem o seguinte plano de reembolso definido:

	31.12.2010		31.12.2009	
	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS
N+1	200,000.00	18,831.25	1,250,000.00	24,856.25
N+2	200,000.00	12,805.25		
N+3	200,000.00	6,779.25		
N+4	100,000.00	753.25		
	700,000.00	39,169.00	1,250,000.00	24,856.25

Anexo à Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2010

(Montantes expressos em euros)

Embora em 2009 a expectativa fosse de renovação da emissão do papel comercial nas suas maturidades, dadas as alterações impostas pelo mercado relativas ao preço da sua emissão, optou-se pela sua renovação após o fecho do exercício de 2010.

19.4 Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro 2009 a rubrica de Fornecedores apresentava a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
FORNECEDORES, CONTA CORRENTE		
Não vencido	351,886.54	602,518.67
0-90 dias	288,321.32	370,681.60
90-180 dias		
	640,207.86	973,200.27
	640,207.86	973,200.27

19.5 Instrumentos de capital próprio

A quantia escriturada do capital social emitido pela Empresa em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é detalhada conforme se segue:

	31.12.2010	31.12.2009
CAPITAL		
Valor nominal	500,000.00	500,000.00
	500,000.00	500,000.00

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 o capital subscrito é detido pelos seguintes accionistas:

	31.12.2010	31.12.2009
SOCIEDADE DETENTORA DE CAPITAL		
Derichebourg	49.00%	49.00%
DMJB Consultadoria e Gestão, S.A.	51.00%	51.00%
	100.00%	100.00%

20. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 as rubricas do Activo corrente e do Passivo corrente Diferimentos apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
DIFERIMENTOS ACTIVOS		
F+SF+SN + Encargos a reconhecer	638,388.56	721,895.14
Renda e alugueres	8,282.96	8,661.74
Comissão de montagem PC	6,868.91	11,577.35
Outros	1,461.60	17,289.66
	655,002.03	759,423.89

A rubrica de F+SF+SN+ Encargos a reconhecer é registada com base no princípio contabilístico elencado na Nota 3, no seu ponto 3.15.

21. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 as rubricas Outras contas a pagar apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
OUTRAS CONTAS A PAGAR		
Descontos judiciais	8,756.77	12,416.30
Sindicatos	4,578.56	3,212.65
Fornecedores de Investimento	22,056.69	106,572.02
Outros Credores	475,139.34	572,655.89
Remunerações a liquidar	656,128.78	802,055.43
Juros a liquidar		7,500.00
Acréscimos de gastos	30,202.56	5,000.00
Outros	3,658.73	3,658.73
	1,200,521.43	1,513,071.02

Relativamente às Remunerações a liquidar o seu valor contempla os direitos de férias, subsídio de férias, subsídio de natal e encargos da estrutura indirecta a liquidar em 2011 (EUR 183.602,09). O restante valor foi registado com base na Portaria nº 1519/2008, publicada em 24 de Dezembro de 2008, a qual determinou a extensão do contrato colectivo de trabalho celebrado entre a Associação Portuguesa de Facility Services e a FETESE - Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Serviços e outros, publicado no BTE, nº 15 de 22 de Abril de 2008. Por via dessa portaria foi determinado estender o referido Contrato Colectivo de Trabalho às relações de trabalho entre empregadores não filiados na associação e a todos os trabalhadores que exerçam a actividade económica abrangida pela convenção, bem como às relações de trabalho entre empregadores filiados na associação e trabalhadores ao seu serviço não representados pelos sindicatos outorgantes, tendo também sido determinado o pagamento de tabelas salariais e valor de subsídio de alimentação, com efeitos retroactivos a 1 de Janeiro de 2008.

Anexo à Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2010

(Montantes expressos em euros)

A Associação Portuguesa de Facility Services, em virtude de discordar da aplicação das tabelas referidas no parágrafo anterior, com efeitos retroactivos, interpôs uma providência cautelar, na qual solicitou que com a notificação da autoridade administrativa requerida fosse suspensa a eficácia dos n.º 2 e 3 do artigo 2.º da Portaria n.º 1519/2008 de 24 de Dezembro. Adicionalmente a Empresa apresentou uma providência cautelar no Tribunal Administrativo do Porto solicitando a nulidade da decisão da retroactividade salarial a 1 de Janeiro de 2008.

O Ministério do Trabalho e Segurança Social publicou no BTE n.º 7/2009, de 22 de Fevereiro, um aviso que determina a suspensão parcial da eficácia dos referidos artigos da Portaria, relativamente às empresas associadas. Esta suspensão parcial da eficácia será válida até à decisão final da providência cautelar interposta e posteriormente a esta, caso a providência seja deferida.

Em 31 de Dezembro de 2010, foi reajustada a provisão para retroactivos salariais, decorrente do exposto nos parágrafos anteriores, em EUR 142.782,11 (Nota 26). Este ajustamento consistiu na redução da provisão relativo aos trabalhadores cujos direitos à reclamação de retroactivos caducaram.

22. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 as rubricas de Estado e outros entes públicos apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2010		31.12.2009	
	ACTIVO	PASSIVO	ACTIVO	PASSIVO
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta	59,710.83		91,963.56	
Estimativa de imposto	12,525.62		107,204.77	159,870.94
Retenção na Fonte	17,998.39		141.65	
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares	123.88	52,652.81		43,086.64
Imposto sobre o valor acrescentado		1,078,839.09		1,092,009.96
Contribuições para a Segurança Social		1,019,407.52		1,048,600.46
Outros Impostos				
	90,358.72	2,150,899.42	199,309.98	2,343,568.00

23. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é detalhada conforme se segue:

	31.12.2010	31.12.2009
Subcontratos	600,620.33	981,597.64
Trabalhos Especializados	390,503.88	179,584.27
Publicidade e propaganda	61,100.97	58,072.84
Vigilância e segurança	5,235.26	5,517.38
Honorários	133,501.53	102,949.46
Conservação e reparação	519,686.99	504,508.54
Serviços bancários	50,711.44	31,565.05
Ferramentas e utensílios	89,020.03	155,338.77
Livros e documentação técnica	22,613.44	41,130.99
Material de escritório	21,253.05	24,036.85
Artigo para ofertas	4,783.32	3,493.04
Electricidade	13,814.04	12,479.31
Combustível	327,029.43	354,494.38
Água	375.10	1,277.94
Deslocação e estadas	38,162.80	89,317.36
Transporte de pessoal	11,965.70	38,905.37
Transporte de mercadorias	123,737.76	28,434.05
Rendas e alugueres	385,571.96	422,634.90
Comunicação	123,679.26	95,948.07
Seguros	46,534.01	53,475.74
Contencioso e notariado	8,585.13	19,378.71
Despesas de representação	9,948.00	3,313.38
Limpeza higiene e conforto	3,185.97	6,797.00
Portagens e estacionamento	96,107.99	128,552.88
Recl.Aquisição intangíveis		5,913.05
Outros Custos	1,809.28	1,235.30
	3,089,536.67	3,349,952.27

Anexo à Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2010

(Montantes expressos em euros)

24. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de Gastos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é detalhada conforme se segue:

	31.12.2010	31.12.2009
REMUNERAÇÕES DOS ORGÃOS SOCIAIS		
Remunerações do pessoal	25,614,676.48	24,392,024.79
Indemnizações	86,341.72	94,492.85
Encargos sobre remunerações	5,423,446.42	5,418,673.02
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	268,907.84	258,891.57
Gastos de acção social	36,560.00	37,944.00
Outros	123,431.33	74,277.63
	31,553,363.79	30,276,303.86

A rubrica Remunerações do pessoal no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 inclui o montante de EUR 119.000 (EUR 116.000 em 31 de Dezembro de 2009) relativo a remunerações de pessoas chave da gestão (Nota 6).

25. AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de Gastos / reversões de depreciação e de amortização nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é conforme se segue:

	31.12.2010	31.12.2009
Intangíveis (Nota 7)	32,148.36	
Activos fixos tangíveis (Nota 8)	745,935.65	610,023.49
	778,084.01	610,023.49

26. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de Outros rendimentos e ganhos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é conforme se segue:

	31.12.2010	31.12.2009
RENDIMENTOS SUPLEMENTARES	15,280.21	25,844.90
Outros rendimentos suplementares	5,174.32	17,901.66
Ganhos em imobilizado corpóreo	11,380.41	8,550.00
Seguros	128,665.73	0.47
Excesso de estimativa de imposto (Nota 17)	39,656.41	32,376.44
Imputação subsídios para investimento	153,858.45	8,607.39
Correcções relativas a exercícios anteriores		2,644.86
Desconto de pronto pagamento obtido	3,669.86	7,434.79
Outros	357,685.39	103,360.51

O valor registado na rubrica de Correcções relativas a exercícios anteriores em 2010 deve-se ao desconhecimento de parte do gasto acrescido no exercício de 2008, conforme descrição na Nota 21, relativo à parcela de retroactivos salariais não exigidos por funcionários que saíram há mais de um ano (Nota 21).

27. OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de Outros gastos e perdas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é conforme se segue:

	31.12.2010	31.12.2009
Impostos	9,142.98	18,372.84
Descontos de pronto pagamento concedidos	24,002.67	22,466.40
Juros de leasing operacional	25,380.05	23,315.69
Perdas em inventários	454.88	
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	2,139.66	
Donativos	15,270.00	1,788.97
Quotizações	2,160.00	2,160.00
Insuficiência de estimativa de impostos (Nota 17)	92,647.34	25,611.09
Perdas em imobilizado corpóreo		25,370.79
Multas e outras penalidades	12,823.26	4,325.19
Seguros	32,987.76	18,091.06
Correcções relativas a exercícios anteriores	8,174.10	10,173.61
	225,182.70	151,675.64

O valor registado na rubrica de Insuficiência de estimativa de imposto em 2010 deve-se à correcção imposta pela Direcção Geral de Contribuições e Impostos da percentagem aceite relativa à dedução de prejuízos fiscais da empresa fusionada em 2005, Vebego (aceites 6% da matéria colectável em vez dos 15% inicialmente calculados). Esta correcção deu lugar a uma reclamação graciosa, à qual aguardamos resposta. Em 2010 foi o último ano de incorporação de prejuízos fiscais, em cujo cálculo utilizamos a percentagem aprovada pela Administração fiscal.

Anexo à Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2010

(Montantes expressos em euros)

28. RESULTADO POR ACÇÃO

O resultado por acção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 foi determinado conforme se segue:

	31.12.2010	31.12.2009
RESULTADOS		
Resultado líquido do período	143,657.23	229,347.73
NÚMERO DE ACÇÕES		
Número médio ponderado de acções em circulação	500,000	500,000
RESULTADO POR ACÇÃO BÁSICO	0.29	0.46

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Amaro Martins de Barros

David dos Santos Moreira

António Augusto Ferreira Vasconcelos

Boris Derichebourg

Bernard Régis



Relatórios dos Auditores



Deloitte & Associados, S.R.L.
Inscrição na O.R.O.C. nº 43
Registo na CMVM nº 231

Bom Sucesso Trade Center
Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º
4150-146 Porto
Portugal

Tel: +(351) 225 439 200
Fax: +(351) 225 439 650
www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Safira Facility Services, S.A. ("Empresa"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, que evidencia um total de 10.267.290,63 Euros e capitais próprios de 3.502.452,95 Euros, incluindo um resultado líquido de 143.657,23 Euros, a Demonstração de alterações no capital próprio, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, as alterações no capital próprio, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 4 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

4. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na Nota 3 do Anexo, os investimentos financeiros da Empresa cujo valor líquido contabilístico em 31 de Dezembro de 2010 é nulo bem como as contas a receber da sua associada registadas na rubrica "Outras contas a receber" no montante de, aproximadamente, 170.000 Euros, encontram-se registados ao custo de aquisição ou valor nominal, respectivamente, não tendo a Empresa efectuado avaliações para determinar o seu valor de mercado ou recuperação. No entanto, embora não tivéssemos podido quantificar o montante do ajustamento necessário para reduzir o valor líquido daquela conta a receber ao seu valor estimado de realização, entendemos que, face à situação financeira daquela associada evidenciada na Nota 11, é provável a sua existência.

* Expressões destacadas em **Itálico** foram utilizadas, sem fins comerciais, por autores em suas atividades de pesquisa científica, sendo a sua utilização autorizada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Tipo: Secundaria y/o con a forma comercial | Capital Social: 500.000.000 Pesos | Interinista C.R.C. | Registro a INPC: 2017-178-171
 Sede: Edificio Andes en Tacachipa, Nueva Chicago del Tacachipa, S - 21 - 101040344 Lince

Member of Deloitte Touche Tohmatsu

Opinião

5. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 4 acima as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Safira Facility Services, S.A. em 31 de Dezembro de 2010, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfase

6. Conforme divulgado na Nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras, a Empresa adoptou, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010, o Sistema de Normalização Contabilística, incluindo a correspondente estrutura conceptual, modelos de demonstrações financeiras e normas contabilísticas e de relato financeiro ("NCRF"). No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas em Portugal, consubstanciadas no Plano Oficial de Contabilidade ("POC") para as NCRF, a Empresa seguiu os requisitos previstos na NCRF 3 – "Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro", tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2009. Consequentemente, a informação financeira de 2009, anteriormente apresentada de acordo com o POC, foi, para efeitos de comparabilidade, reexpressa de acordo com as NCRF. Na preparação das demonstrações financeiras anexas incluiu-se na Nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras, as divulgações adicionais exigidas relativamente ao processo de transição para as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro.

Porto, 31 de Janeiro de 2011



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por António Manuel Martins Amaral

Relatórios dos Auditores

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Bom Sucesso Trade Center
Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º
4150-146 Porto
Portugal

Tel: +(351) 225 439 200
Fax: +(351) 225 439 650
www.deloitte.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

**Aos Accionistas da
Safira Facility Services, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Safira Facility Services, S.A. ("Empresa"), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, os quais são da responsabilidade da Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração dos fluxos de caixa e a demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2010 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que inclui no seu parágrafo 4 uma reserva.

Face ao exposto, somos de opinião que, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 4 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 31 de Janeiro de 2011



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por António Manuel Martins Amaral

A expressão Deloitte refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu, uma firma "secor", ou a qualquer uma das entidades da rede de firmas membros, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para saber a descrição actualizada do sistema legal da Deloitte Touche Tohmatsu e das firmas membros consulte www.deloitte.com/global.

Tipo: Sociedade com sede e forma comercial | Capital social: 500 000 000 Euros | Número de C.R.C. de Segurança: 5001 776 811
Sede: Lisboa, Av. da Liberdade, 134 | 1250-146 Lisboa

Member of Deloitte Touche Tohmatsu

SAFIRA

facility services

Rua Nova do Arquinho, 382, 4475-365 Milheirós Maia
Tel.: 229 619 530 · Fax.: 229 619 539
safira@safira-fs.com

Núcleo Empresarial de Loures A/8
Rua Francisco Canas, Bloco 3 AF-AG
Quinta Carrafochas, A-das-Lebres
2660-203 Santo Antão do Tojal
Tel.: 219 245 210 · Fax.: 219 245 219



UMA FORÇA AO SERVIÇO DO HOMEM E DO AMBIENTE
A FORCE SERVING HUMANITY & THE ENVIRONMENT